



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

AMANDA COSTA SOARES

**POR UMA MUSEOLOGIA RIZOMÁTICA:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE MUSEUS DO
DISTRITO FEDERAL**

Brasília, DF

2019

AMANDA COSTA SOARES

**POR UMA MUSEOLOGIA RIZOMÁTICA:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE MUSEUS DO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção de título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto.

Brasília, DF

2019.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Por uma Museologia Rizomática: Trajetórias e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal

Aluna: Amanda Costa Soares

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Clóvis Carvalho Britto - Orientou
Professor da Universidade de Brasília (UnB)
Doutor em Sociologia - UnB

Monique Batista Magaldi - Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em Ciência da Informação - UnB

Rose Moreira de Miranda
Técnica em Assuntos Culturais - IBRAM
Mestre em Ciência da Informação - UFRJ/IBICT

Ana Lúcia de Abreu Gomes – Membro Suplente
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História - UnB

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Clovis Brito, pela disposição, atenção e paciência, que foi capaz de compreender minhas limitações e me orientou muito bem no processo de consolidação deste trabalho. A sinceridade e objetividade no dialogo foram essenciais para isso. Agradeço a banca examinadora, composta pelas professoras Monique Magaldi, Rose Miranda e Ana Abreu pela disponibilidade de leitura e contribuição com o trabalho.

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, em especial a servidora Daniele Pestana, por ter me acompanhado e aberto as portas para que eu pudesse ter acesso ao processo de criação do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Agradeço ao professores que passaram pela minha trajetória acadêmica e foram essenciais para que eu pudesse enxergar o mundo de uma forma diferente e para que eu entendesse o valor do conhecimento científico e da universidade. O empenho dos professores, técnicos e servidores da Faculdade de Ciência da Informação e da UnB são essenciais para que como eu, milhares de estudantes provenientes de escola pública, que nunca se enxergaram neste lugar, possam descobrir um novo mundo através do acesso a uma universidade pública.

Agradeço as minha companheiras de sala no Instituto Federal de Brasília por terem me ajudado a realizar as atividades do curso técnico durante a realização do TCC. Por fim, agradeço a minha mãe que, diante de todas as dificuldades em ser mãe solteira, sempre me incentivou a construir sempre mais e compreendeu minha trajetória na universidade, incluindo todos os altos e baixos.

RESUMO

Este trabalho desenvolve uma análise da consolidação de políticas públicas para museus no Brasil considerando a Política Nacional de Museus como um marco no desenvolvimento institucional da área. Para isso, investiga as formas de organização de redes e sistemas de museus nacionais e estaduais a partir das ideias de redes, sistemas e rizoma como forma de desenvolvimento, articulação e organização dos museus dentro e fora das estruturas estatais. Ao final, apresenta um estudo de caso sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal e sua relação com a consolidação de políticas públicas para museus no Distrito Federal.

Palavras-chave: Museologia; políticas públicas; museus do Distrito-Federal; sistema.

ABSTRACT

This paper develops an analysis of the consolidation of public policies for museums in Brazil considering the Nacional Museum Policy as a milestone in the institutional development of the area. For this, it investigates the forms of organization of national and state museums networks and systems, from the ideas of networks, systems and rhizome, as a form of development, articulation and organization of museums inside and outside state structures. Finally, it presents a case study about the Federal District Museum and its relation with the consolidation of public policies for museums in the Federal District.

Keywords: Museology; public policies; Federal District museums; system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Gestão da Política Nacional de Museus	32
Figura 2 Museusbr - museus no Distrito Federal.....	66
Figura 3: Divulgação 10º Encontro da REMIC -DF	69
Figura 4: Divulgação do 12º Encontro da REMIC-DF	70
Figura 5: REMIC–DF na IX Semana de Extensão da UnB, 2009.....	71
Figura 6: Divulgação da mesa redonda Ação Educativa e Cultural em Museus e Centros Culturais na FCI – UnB, 2011.	72
Figura 7: divulgação do I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMP	Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari
APCDF	Academia de Polícia Civil do Distrito Federal
CEM	Coordenação Estadual de Museus
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CODEC	Conselho de Desenvolvimento Cultural
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COSISEM – SP	Conselho de Orientação do SISEM –SP
DEMU	Departamento de Museus
DePHA	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico
DETUR	Departamento de Turismo
DIGEPHAC	Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ENPNEM	Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal
FAPERGS	Fundo de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul
FCDF	Fundação Cultural do Distrito Federal
FCI/ UnB	Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília
GTCSISEM – SP	Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
LOC	Lei Orgânica de Cultura
MAB	Museu de Arte de Brasília
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional por uma Nova Museologia
Nacional DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OS	Organização Social
PNEM	Política Nacional de Educação Museal
PNM	Política Nacional de Museus

REM	Rede de Educadores em Museus
REM –RS	Rede de Educadores em Museus
REMIC- DF	Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do DF
RS PROMUSEU	Programa de Apoio a Qualificação dos museus do
SAC- DF	Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SCE	Secretaria de Cultura e Esporte
SEC	Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECULT	Secretaria de Cultura do Distrito Federal
SEEDF	Secretaria de Estado Educação
SEM- RS	Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SIM – PA	Sistema Integrado de Museus do Pará
SIM/DF	Sistema de Museus do Distrito Federal
SISEM – SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SM/DF	Sistema de Museus do Distrito Federal
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPAC	Subsecretaria do Patrimônio Cultural
UPPM	Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: UM MARCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO SÉCULO XXI	16
1.1 Breve histórico das políticas públicas para museus no Brasil	22
1.2 A Política Nacional de Museus	29
2. SISTEMAS E REDES DE MUSEUS EM PERSPECTIVA	37
2.1. Rizoma, sistemas e redes de museus	39
2.2. Sistemas e Redes no Brasil e seus diálogos com as políticas públicas para museus	48
3. SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL	60
3.1 As políticas públicas para museus no Distrito Federal e a criação do Sistema de Museus	62
3.2 Desafios para a implementação do Sistema de Museus do Distrito Federal: análise dos documentos	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha graduação no curso de Museologia da Universidade de Brasília percebi a amplitude e o potencial da Museologia para abordar diferentes aspectos, não somente sobre o museu enquanto instituição de lazer e entretenimento, mas também como instituição que produz e dissemina informação, conhecimento e é responsável pela preservação de boa parte do nosso patrimônio. Pouco antes de passar para o vestibular da Universidade de Brasília (UnB), bem como durante toda minha graduação, sempre estive ligada à movimentos sociais por meio do movimento estudantil, tendo a oportunidade de construir uma das gestões do Centro Acadêmico de Museologia e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB. Esse contato me fez refletir cada vez mais sobre a importância da mobilização e articulação e organização do setor museológico para o desenvolvimento e fortalecimento da área.

As instituições museais são importantes espaços de representação, ligados a educação, formulação e disseminação de conhecimento, são capazes de reproduzir símbolos e criar narrativas a partir de objetos e manifestações culturais. Estas atribuições fazem com que os museus tenham a responsabilidade de conceber e comunicar representações coletivas. Diante de tamanha responsabilidade os museus são palco de tensionamentos entre o lembrar e esquecer, processo que permeia a pluralidade de memórias inerentes a diversidade cultural do nosso país. Por consequência de todos os aspectos abordados e principalmente por se tratar da diversidade cultural de um país de tamanho continental como o Brasil, tem se tornado cada vez mais necessária a criação de canais de participação e democratização dos museus, ampliando o diálogo entre Estado, Instituições museais, profissionais da área, movimentos sociais organizados e sociedade civil.

Políticas Públicas voltadas para área de cultura e preservação do patrimônio são essenciais ao passo que atuam como uma forma de reconhecimento do Estado da importância da cultura e do patrimônio. Atuam, ou deveriam, na garantia do incentivo, gestão e fomento e, a partir disso, na viabilização de ações de democratização e participação, ampliando o alcance dos museus e do patrimônio

cultural no desenvolvimento do país e formação do cidadão. De acordo com José do Nascimento Junior:

O debate deve avançar para uma reflexão acerca do papel do Estado que, mantendo-se afastado do "dirigismo cultural" e da interferência no processo criativo, deve assumir plenamente seu papel no planejamento e no fomento da produção da cultura, na preservação e valorização do patrimônio cultural do país e na estruturação da economia da cultura, considerando sempre em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. (NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p. 149).

Uma das mais importantes iniciativas em políticas públicas para a área de museus no Brasil foi a criação da Política Nacional de Museus (PNM). A criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) está prevista no texto da Política Nacional, assim como o texto em dois de seus eixos programáticos aponta a criação de redes e sistemas de informações entre museus e instituições de memória.

A organização em rede, por garantir conexões e diálogos a partir de uma estrutura flexível e adaptável aos museus e toda sua dimensão sócio cultural, se mostra adequada e necessária em um cenário onde o campo cultural enfrenta dificuldade para ser enxergado enquanto um direito do cidadão e essencial para o desenvolvimento da sociedade. Assim, criar redes é fortalecer todo o campo museológico de forma que o campo não fique refém de decisões institucionais, mudanças conjunturais e burocracias inerentes estrutura do Estado. As redes e sistemas de museus podem ser ferramentas capazes de garantir a construção democrática de Políticas Públicas para museus, além de garantir a autonomia dessas instituições a partir de suas articulações e conexões internas.

O presente trabalho visa desenvolver uma análise das políticas públicas para museus buscando uma maior compreensão de como se deu o reconhecimento e articulação do campo museológico pelo Estado brasileiro por meio da elaboração e do investimento em políticas públicas. O estudo da criação da Política Nacional de Museus PNM e, conseqüentemente, da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Sistema Brasileiro de Museus SBM será necessário à medida que tais elementos constituem importantes marcos na institucionalização da museologia brasileira no século XXI.

Considerando que a Política Nacional de Museus se firma em sete eixos programáticos que devem guiar suas ações, tomaremos o eixo 2 - Democratização e

Acesso aos Bens Culturais - como ponto de partida para a análise da criação de redes e sistemas de museus. Sob a luz destes objetivos será realizada uma investigação a partir do estudo de caso da criação do Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF), considerando o Sistema Brasileiro de Museus e os sistemas estaduais já constituídos como ferramentas de democratização e acesso aos bens culturais que fazem parte das ações da PNM.

Diante da importância dos museus, pretendemos apresentar questionamentos e compreender o nível de reconhecimento da cultura e da área museológica pelos governos e pelo Estado, refletir até que ponto as políticas públicas tiveram e têm condições de continuidade e como podem ser afetadas com trocas de governos e interesses políticos partidários.

Este trabalho foi impulsionado pela necessidade de pensar e contribuir para o debate sobre a importância do reconhecimento dos museus e da Museologia pelo Estado e pelos governos. Nos últimos anos, diante das mudanças conjunturais, torna-se necessário enfatizar a importância dos museus e da Museologia para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Tal percepção decorre do fato de que, depois de muitas conquistas no reconhecimento do campo museológico, nos deparamos com a extinção do Ministério da Cultura, de movimentos visando a extinção do IBRAM e a criação da Agência Brasileira de Museus, agência que diferente do IBRAM faz parte da esfera jurídica privada. Essa movimentação foi considerada por profissionais e agentes do setor museológico, como um fator que pode contribuir para o sucateamento de uma política nacional de museus.

Para além destes aspectos recentes, sobre os quais ainda não é possível tirar conclusões concretas relativas aos seus impactos no campo museológico, é indispensável que se desenvolva discussões acerca do processo de construção e viabilização de políticas públicas para museus nos últimos anos para que a continuidade destas políticas seja possibilitada. É preciso evidenciar a importância histórica e os avanços que foram possíveis a partir da criação da Política Nacional de Museus que contribuiu para uma maior articulação do campo da Museologia, melhorando as condições de expansão e manutenção dos museus brasileiros. Segundo o Relatório de Gestão 2003/2010 da Política Nacional de Museus (2010), a Política Nacional de Museus:

Foi sendo disseminada por todo o território nacional e vem, de forma sistemática, se enraizando na vida cultural brasileira. Sua capilaridade é notável: em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento. (IBRAM, 2010, p. 29)

Explorar como tem sido a incorporação dessa política pública considerando suas limitações e pontos críticos não tem objetivo deslegitima-la, mas contribuir para a percepção da realidade de sua aplicação em diferentes contextos, o que, na verdade, contribui para a sua fortificação, superação de limitações e continuidade. Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2003/2010 da Política Nacional de Museus:

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se: a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus; a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos; a carência de políticas de segurança e conservação preventiva; a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social; a pouca valorização da função pesquisa; coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas; a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais. (IBRAM, 2010, p. 29)

Podemos inferir, a partir disso, que as maiores dificuldades de aplicação e realização plena da PNM em nível nacional tem se dado como consequência das limitações existentes no ambiente dos próprios museus, possivelmente relacionadas com a realidade da conjuntura econômica e do contexto em que estes museus estão inseridos. Nesse sentido, a consolidação de redes e sistemas pode ser uma importante ferramenta de colaboração entre essas instituições como auxílio na aplicação e consolidação de políticas públicas nacionais, como é o caso da PNM.

É preciso, conjuntamente, ponderar sobre como tem se dado os desdobramentos dessas políticas e se de fato elas têm sido incorporadas na realidade dos museus existentes nas cinco regiões do país. Buscando contribuir para o estudo e mapeamento deste cenário, o estudo da criação do Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF) pretende apresentar, a partir de uma realidade localizada, uma série de questões mais amplas relacionadas com a PNM e suas configurações. Pretende, também, contribuir com os estudos sobre a realidade museológica do Distrito Federal que também dialoga com o curso de Museologia da Universidade de Brasília.

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e exploratório, pautada na investigação do processo de consolidação de políticas públicas para museus. O trabalho foi baseado em dados de natureza qualitativa, decorrentes dos seguintes procedimentos de coleta: Levantamento bibliográfico realizado principalmente pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no acervo geral da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) e na *Revista Brasileira de Museus e Museologia* (MUSAS/IBRAM); buscando aporte conceitual acerca das discussões museológicas sobre os museus e a sociedade, políticas públicas para cultura e museus e organização em redes, sistemas e rizoma. Para análise dos sistemas e redes de museus nacionais e estaduais foi feito levantamento documental realizado principalmente a partir de publicações e documentos disponibilizados pelo site do IBRAM, como resoluções de congressos, encontros e fóruns, bem como legislações museológicas e matérias relacionadas ao tema da pesquisa. O levantamento documental para realização do estudo de caso foi feito a partir de contato com a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, responsável pela criação do SIM-DF. A documentação pesquisada se encontra na Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro realizaremos uma síntese sobre as políticas públicas voltadas para o campo cultural e para os museus ao longo da história do país. O objetivo é contextualizar a criação da Política Nacional de Museus para compreender a sua importância para a Museologia e para a organização de sistemas e redes e museus.

No segundo capítulo faremos uma revisão teórico-conceitual das definições de sistemas e redes e suas aplicações na Museologia trazendo como exemplo algumas experiências de redes e sistemas nacionais e estaduais já concretizados até então.

Por fim, no terceiro capítulo nossa análise será voltada para o Distrito Federal visando entender, levando em consideração os pontos já desenvolvidos nos capítulos anteriores, como ocorreu a criação e a consolidação de um sistema de museus por meio da estrutura da Secretaria de Estado de Cultura.

1. POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: UM MARCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO SÉCULO XXI

Museus são espaços que representam experiências coletivas, com significações atribuídas por indivíduos que possuem alguma ou nenhuma identificação com seu acervo, dessa forma, o museu possui uma dimensão representativa que compreende o trabalho com significações do outro, gerando impacto na organização e concepção da sociedade. É importante refletir sobre os critérios de seleção e escolha de acervos para estarem nos museus sendo considerados dignos de preservação, como são apresentados para o público e como é editada a narrativa acerca dos mesmos, suas representações e desdobramentos na realidade. Todos esses questionamentos podem ter diferentes respostas de acordo com a realidade de cada museu, mas, de maneira geral, dizem muito sobre as características dessas instituições, suas crenças e suas ações diante da sociedade.

No Brasil, os museus tiveram em suas origens a influência direta do modelo europeu, principalmente por consequência do processo de colonização do território, o que refletiu nas coleções e na maneira de se relacionar com a sociedade. De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2002), por muito tempo os objetos dos acervos museológicos eram, em grande parte, selecionados pelo critério da exotividade, por serem considerados artefatos raros, assim, a seleção desses objetos era orientada pelo colecionismo e influenciada por gostos pessoais. No final do século XIX os museus, que até então possuíam um caráter enciclopédico, passam a traçar narrativas a partir do acervo, que de modo geral representavam grandes períodos históricos da humanidade e símbolos de heróis nacionais cultuados como representações coletivas de uma nação inteira. Em decorrência dessa tendência, os museus passam a estar cada vez mais atrelados a construção do nacionalismo, contudo, no Brasil essa relação acontece de maneira contraditória.

A instauração da República sem muito apoio popular e sem uma ruptura radical com o Império ocasionou na distância entre as comemorações cívicas e as camadas populares, culminando na construção de uma nação a partir de símbolos alheios à população:

Se os discursos veiculados por museus brasileiros não têm exercido um papel importante em relação a um grande público, certamente eles são fundamentais nas disputas de poder entre aqueles que os sustentam. Acredito, no entanto, que se, por um lado, a instituição pode ter se estabilizado pela criação de uma esfera pública restrita, por outro, ela mantém-se sempre em sobressalto, refém da política de gabinetes que a sustenta num regime declaradamente democrático. Cabe, portanto, observar que os museus brasileiros tem se transformado ao longo dos anos. Museus, anteriormente, voltados estritamente para a classificação da flora e fauna brasileiras, politizam suas exposições; museus nacionalistas deram lugar a representações comunitárias locais; museus comemorativos incorporaram uma perspectiva histórica e museus militaristas civilizaram-se. Mas como são casas da memória, estas instituições precisam ficar atentas para não apagarem, em função de novos objetivos, todos os rastros do passado, e com eles, nossas esperanças de transformar o presente. (SANTOS, 2002, p. 20)

Diante de tamanha responsabilidade social, os profissionais de museus devem entender que não possível falar de tudo, o que confere aos museus a complexa tarefa de seleção. Selecionar é um ato inerente aos museus, partindo da perspectiva de que tão importante quanto lembrar é esquecer. Girlene Bulhões (2017) faz importantes observações acerca dessa tarefa e pontua de forma incisiva que, diante dessa incumbência, alguns museus agem de forma tendenciosa, editando suas narrativas de maneira que sempre os mesmo grupos, símbolos e vozes são silenciados. Isso não acontece por acaso, mas por motivações políticas, sociais e religiosas. Para denominar esse comportamento, Bulhões utiliza o conceito de seletividade do sociólogo alemão Claus Offe:

Formalmente, o conceito de Seletividade se refere a uma configuração de regras de seleção que operam a) pela atualização de apenas um setor no conjunto de possíveis resultados e b) pela produção de uma homogeneidade ou consistência nos acontecimentos atualizados. Poderíamos dizer, de forma simplificada, que seletividade é a restrição não aleatória (isto é, sistemáticas) de um espaço de possibilidades (OFFE *apud* BULHÕES, 2017, p.72).

Essas instituições, fazendo referência a metáfora de árvore/raiz desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), são instituições arbóreas que na prática da seletividade (da seleção do acervo até a sua comunicação) agem de forma centralizadora, hierarquizando memórias na construção uma unidade,

homogeneizante, que coloca fora dos museus às multiplicidades. Na construção de suas narrativas, fazendo parte de uma grande engrenagem social, ignoram tensões, diferenças e contradições responsáveis pelas dinâmicas sociais produzindo uma falsa paz, apaziguando os conflitos entre as narrativas que pretendem exaltar e as que pretendem marginalizar. Seriam museus arbóreos, conforme destacou Girlene Bulhões (2017), que, na construção de um imaginário de sociedade ideal que costuma atender as elites socioeconômicas, distanciam de tudo que está fora dessa construção, prezam pela riqueza material como forma de preservar suas fachadas; acreditando que estão a serviço da sociedade, podem até manter seus altos números de visitação, mas sem questionar quem é esse público visitante ou de que forma abordam assuntos intrínsecos a dinâmica social:

[...] Outros assuntos igualmente importantes e urgentes são igualmente negligenciados por eles. Questões ambientais, agrária, de gênero e orientação sexual, guerras e escravidões contemporâneas, prostituição, tráfico ilegal, esgotos e outras formas de violência costumam passar longe dos seus espaços. Neles, os problemas que afligem a maior parte da população são ignorados em edições de memória também arborescentes, que hierarquizam, privilegiam, marginalizam e silenciam. (BULHÕES, 2017, p. 67)

Segundo Girlene Bulhões (2017), essas instituições traem o Pacto Museal que se constitui a partir dos deveres dos museus com a sociedade, suas responsabilidades e do que é esperado dessas instituições. O Pacto Museal está firmado de diversas formas, seja pela convenção social ou por instrumentos institucionais, como é o caso do Estatuto de Museus. Ao romperem com o Pacto Museal, museus arbóreos se contrapõem ao movimento da sociedade, acabam estagnados se distanciando e isolando seus canais de comunicação, afinal “qual a credibilidade de um museu que se intitula “Nacional” enquanto mostra apenas duas ou três facetas de uma nação estereotipada, ostensivamente silenciando memórias que também compõem a nação real?” (BULHÕES, 2017, p. 63).

Dessa maneira, Bulhões (2017) compreende que a aceitação do contraditório se faz necessária para a circulação do “sangue e da poesia” que permeia as instituições de memória, contradições que geram o movimento necessário para caminhar no compasso da sociedade, para abrir diálogo, portas e caminhos para cumprir a difícil missão que lhes cabe. Aprender com a tragédia, diz respeito a trabalhar com os afetos, sendo os afetos tudo que afeta positiva ou negativamente,

tudo que faz parte da multiplicidade que cabe dentro de um museu, expandir suas concepções para além do patrimônio, mas também ao Matrimônio, Fratrímônio e ao Filimônio¹ partindo pra uma concepção rizomática² de se fazer Museologia.

A dimensão simbólica e representativa do museu é o que lhe atribui boa parte do seu valor na sociedade, essas instituições que constituem o cenário cultural devem ser enxergadas como elemento relevante na construção da cidadania e do desenvolvimento social. Uma das maiores dificuldades da área diz respeito justamente à falta deste reconhecimento enquanto setor essencial e estratégico para o desenvolvimento, como consequência foi colocado em segundo plano no desenvolvimento de políticas públicas durante um longo período. Tal aspecto é no mínimo contraditório à medida que os museus cumpriram papel histórico na formulação e disseminação de ideias, além disso, colocam em questão como os museus no Brasil têm se organizado, o que têm produzido, quais condições encontram para realizar seu trabalho de forma democrática e inclusiva, fugindo do padrão de comportamento dos museus arbóreos e seletistas. As questões sociais e culturais precisam ser vistas como centrais no desenvolvimento de políticas públicas e não apenas como meros empecilhos burocráticos; políticas públicas que sejam capazes de abarcar a diversidade cultural do Brasil para que essas instituições deixem de ter somente caráter recreativo, de entretenimento ou de ferramenta de legitimação de discursos hegemônicos limitantes.

Ao estudar o desenvolvimento de políticas culturais no Brasil, o que se verifica é que os estudos referentes a essa questão são recentes, a grande maioria do final do século XX (CALABRE, 2007). Além disso, estão dispersos em diversas áreas do conhecimento, o que é encontrado é uma vasta produção sobre determinados períodos, especialmente sobre a década de 1930 e 40, e poucas investigações sobre outros momentos da história. Observamos, também, que estes estudos dão pouca atenção ao desenvolvimento teórico conceitual de políticas culturais. Diante da multiplicidade de noções sobre o que consiste políticas culturais,

¹ Referente à proposta Mário Chagas (2009) e de Girlene Bulhões (2017) para a ampliação de denominação das heranças culturais, considerando além das heranças paternas as heranças maternas, fraternas e filiais.

² Do conceito de Rizoma desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que será analisado no segundo capítulo.

Antônio Ruim (2007) opera, no trabalho que aqui será explorado, com a conceituação de Nestor Garcia Canclini:

Estudos recentes tendem a incluir, sob esse conceito, o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas essa maneira de caracterizar o escopo das políticas culturais precisa ser ampliada, levando em consideração a natureza transnacional dos processos simbólicos e materiais atuais. (CANCLINI *apud* RUBIM, 2007, p. 13). (Tradução nossa).³

Analisar políticas culturais consiste, então, no estudo de intervenções conjuntas e sistemáticas na área cultural. No Brasil, as preocupações com o desenvolvimento de ações de mais duração surgem principalmente com a reforma administrativa do Estado, na década de 1930, por meio da tentativa de executar políticas de ampla abrangência para áreas específicas. Muitas dessas iniciativas, apesar de se caracterizarem como políticas públicas culturais, não eram necessariamente pensadas e desenvolvidas como tal.

A política cultural desenvolvida de forma institucional organizada é uma característica do pós-guerra, por volta da década de 1950, sendo a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, 1959, um marco que influencia a institucionalização do campo cultural em vários países ocidentais (CALABRE, 2007, p. 89). Trazendo para a realidade brasileira, apesar das primeiras políticas culturais datarem da década de 1930, somente em 1966 foi criado um Conselho Federal de Cultura e as primeiras propostas de plano de cultura no fim da década de 1960 e início de 70. Dessa forma buscaremos apresentar como, ao longo do tempo, se deu a relação do Estado e o campo cultural de maneira que a delimitação do conceito desenvolvimento e aplicações do conceito de políticas culturais fiquem mais evidentes.

Como será observado ao longo deste trabalho, os avanços que a partir do século XXI consolidaram a construção de políticas públicas para área de museus só foram possíveis graças a mudança na visão dos governantes e de uma ampla

³ Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI *apud* RUBIM, 2007, p. 13)

mobilização dos profissionais que articularam o campo e foram capazes de conquistar melhorias importantes, como a consolidação da Política Nacional de Museus (PNM). De acordo com Nilson Alves Moraes (2009), o processo de construção e consolidação da Política Nacional de Museus não foi um processo uniforme, teve divergências de opiniões, passou pelas esferas de poder que permeiam a lógica governamental e foi diretamente afetado pelas mudanças conjunturais. O que deve ser considerado quando se fala da construção de políticas públicas é que estas são uma forma de vínculo entre o governo e a sociedade.

As tensões existentes na dinâmica dos governos, que não se desenrolam de forma uniforme, interferem diretamente na formulação de políticas públicas e nas áreas que podem ser eleitas como prioritárias. Durante o processo de estabelecimento de políticas públicas é possível verificar, a partir do processo de construção e aprovação, os grupos e setores que possuem mais poder de articulação e influência dentro destes governos. Moraes (2009) ilustra a forma que essas divergências operam, quando chama atenção para o fato de que o texto de criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), por exemplo, foi aprovado com vetos, ou seja, existia no processo de sua construção uma disputa de interesses entre os grupos envolvidos.

A relação entre o Estado e a construção de políticas públicas voltadas para museus é consolidada de forma expressiva a partir de 2003 quando Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura (MinC), que foi fortalecido e ganhou mais autonomia em relação aos períodos anteriores. A partir de então, a área de museus foi considerada central no planejamento e desenvolvimento de ações dentro do Ministério da Cultura, abrindo grande espaço para articulação do setor museológico. Uma mudança no olhar dos dirigentes governamentais acerca do caráter da cultura foi consolidada e contribuiu para o processo de exaltação dos museus. De acordo com as palavras do então ministro da cultura, publicada no texto da Política Nacional de Museus (2003):

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias. Desta forma, quando propusemos implementar um política cultural voltada ao setor museológico, a atuação do Ministério da Cultura não foi diferente e abrimos as portas

para um diálogo rico e estimulante. A primeira ação foi conclamar a participação da comunidade museológica e interessados para ouvir a experiência de cada um, estreitando as relações e propiciando uma maior interação entre governo e sociedade (MINC, 2003, p. 5).

Analisar políticas públicas para museus demanda compreender o lugar que essas instituições ocupam na sociedade, sua importância, influências, como foi o processo histórico de institucionalização do campo museológico e sua relação com Estado e o governo. Até a consolidação da Política Nacional de Museus, que impacta de forma abrangente diversas áreas da Museologia, a área passou por processo de altos e baixos diretamente ligados a conjuntura política. Isso, de certa forma, foi importante para a maturação do campo museológico a respeito da importância do trabalho articulado e da mobilização dos interessados para a consolidação de conquistas institucionais e para que não se dependa de forma direta, das mudanças governamentais e da disposição política dos dirigentes do Estado.

1.1 Breve histórico das políticas públicas para museus no Brasil

Para analisar as políticas públicas para museus no Brasil, neste trabalho serão consideradas as mudanças políticas, econômicas e sociais que se estabeleceram no curso da história do Brasil e a relação de todos esses fatores com o campo cultural, um campo amplo que abarca uma grande diversidade de instituições, além dos museus. Optou-se por esta forma de análise, pois a partir da leitura da bibliografia foi possível identificar que existiram poucas iniciativas exclusivas para o campo dos museus, pois até o final do século XX o pensamento e tradição museológica não estavam bem estabelecidos, apesar de já haver um grupo articulado em torno da pauta como alguns sistemas estaduais que já existiam.

Apesar da existência de algumas experiências museológicas embrionárias, como a implantação de um museu, em decorrência da ocupação holandesa em Pernambuco no século XVII, no Palácio de Vrijburg e a criação, no século XVII, da Casa de Xavier dos Pássaros; a criação do Museu Real, hoje Museu Nacional, por

Dom João VI expressa o marco da independência e todos os significados simbólicos que vieram a partir desse momento histórico. Constituído por um rico acervo de História Natural, boa parte proveniente da Casa dos Pássaros, o museu buscou representar o Império a partir de suas riquezas naturais. Dialoga com o contexto dos museus constituídos na América Latina que construíram narrativas provenientes de uma relação poder, fruto das colonizações europeias e que, no caso Brasil, apesar da independência, não houve uma ruptura radical com o império o que refletiu no Museu Imperial, criado antes da independência, mas que com o decorrer dos fatos, serviu aos interesses do Império (SANTOS, 2004). Além do Museu Nacional, no mesmo período, muitas outras iniciativas buscaram caracterizar o Império brasileiro, como a criação da Imprensa Régia e a Academia Imperial de Belas Artes, momento em que começam a surgir as primeiras instituições museológicas consolidadas em sua maioria, nos moldes europeus:

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi se construindo com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade. Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi – do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895). (PNM Relatório de Gestão 2003–2006, 2006, p. 10)

Mesmo havendo essas iniciativas, não é possível falar que existiam políticas culturais estabelecidas neste período até o fim da República Velha (1889-1930) (RUBIM, 2007), contudo é possível afirmar que já havia, por parte das esferas de poder, o conhecimento da importância ideológica e de concentração de capital simbólico dessas instituições.

Mais tarde, em comemoração ao Centenário da Independência, em 1922 é criado o Museu Histórico Nacional (MHN). A partir de sua concepção, constitui uma espécie de marco do discurso nacionalista de uma nação que estava em formação, agora não mais centrado nas riquezas naturais, mas nos grandes feitos, marcos históricos e heróis da elite brasileira e do período imperial. O MHN, sob a direção de Gustavo Barroso, que naquele momento possuía grande influência no pensamento museológico e na constituição de outros museus, foi responsável pela criação do Curso de Museus em 1932 e da Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1934; duas iniciativas significativas que deram início ao processo de institucionalização da

Museologia brasileira. Neste período também é possível destacar outras tentativas por parte de parlamentares para a criação de mecanismos legais para a proteção do patrimônio nacional:

Em 03 de dezembro 1923, o deputado pernambucano Luís Cedro Carneiro Leão apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 350 que propõe a criação de uma Inspetoria de defesa dos monumentos históricos e artísticos do país. Em 16 de outubro de 1924, o deputado mineiro Augusto de Lima, apresenta à Câmara o Projeto de Lei nº 181, que proíbe a saída de obras de artes brasileiras. Os dois projetos de lei não foram adiante por esbarrarem na questão do direito de propriedade. Em 1925, Jair Lins, jurista mineiro, elaborou um anteprojeto muito semelhante ao de Augusto de Lima. Naquele mesmo ano (1925), no dia 04 de junho, em uma ação de abrangência restrita ao seu estado, o presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna organiza uma comissão que elabora um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio das velhas cidades mineiras. Já no final da República Velha, em 29 de agosto de 1930, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresenta ao Congresso Nacional um novo projeto de lei visando à organização da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, citando no documento os bens móveis e incluindo, nestes, livros raros ou antigos e documentos de valor literário/histórico ou artístico. No entanto, quando o projeto estava perto de ser apreciado, o Congresso Nacional foi dissolvido pela Revolução de 1930. (RANGEL, 2010, p. 121)

Tais iniciativas apesar de não terem sido bem sucedidas foram importantes para o processo de reconhecimento da importância da proteção do patrimônio histórico. A respeito da Inspetoria de Monumentos Nacionais é importante observar que o primeiro órgão voltado para preservação do patrimônio cultural surgiu a partir de um museu; funcionando dentro do MHN, e teve o papel de listar e identificar para o governo os monumentos históricos que deveriam ser preservados e considerados patrimônio, mas teve suas atividades encerradas em 1937 depois da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN).

A partir dos anos de 1930, época de transformações políticas marcadas pela forte presença do Estado e do ideal da modernização, é possível observar uma mudança significativa na configuração e condução do campo cultural. Sendo um dos períodos mais estudados na bibliografia utilizada, é perceptível que o campo cultural avançou consideravelmente a partir da criação de instituições centrais na formulação e execução destas políticas públicas.

De acordo com Márcio Rangel (2010), Gustavo Capanema que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, propõe a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto para a criação do SPHAN. Mário de Andrade, importante intelectual na concepção cultural não só no movimento modernista, mas também

pela atuação à frente do Departamento de Cultura na prefeitura de São Paulo, apesar de se apoiar em uma visão de história que privilegiava eventos históricos de grupos hegemônicos, propunha uma visão de cultura e patrimônio cultural inovadora para a época, pois possuía uma concepção mais abrangente, reconhecia o patrimônio intangível e abarcava as expressões culturais populares. Do anteprojeto apresentado por Mário de Andrade, pode-se destacar a centralidade dada aos museus para a consolidação das ações que viriam a ser desenvolvidas pelos SPHAN:

Neste anteprojeto, estava proposto a adoção de quatro livros de tomo: Arqueológico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial. Cada um desses livros estaria relacionado a um grande museu nacional: Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (1818); Museu Histórico Nacional (1822); Museu Nacional de Belas Artes (1938) e Museu de Artes Aplicadas a Tecnologia Industrial, que segundo Mário de Andrade “seria um museu inteiramente novo”. (RANGEL, 2010, p. 122)

Ainda segundo Mário de Andrade, os museus deveriam ter na concepção de seus acervos, objetos que se relacionavam com a identidade regional, ou seja, de certa forma deveriam ter diálogo com a comunidade que o cerca.

Rodrigo Melo Franco de Andrade ficou responsável pela elaboração do projeto de lei que aprovou a criação do SPHAN e pelo Decreto Lei n.º 25 de 30 de Novembro de 1937 que regulamentou o funcionamento do órgão. Apesar de ter sido baseado no anteprojeto de Mário de Andrade, o projeto de Rodrigo Melo Franco de Andrade apresentou alterações significativas, pois enquanto Mário de Andrade defendia de certa forma, a regionalidade dos museus, o projeto de Rodrigo Melo ressalta o caráter nacional dessas instituições. O idealizador do Decreto-Lei, ao contrário de Mário de Andrade, não acreditava que os museus deveriam ser destinados às esferas populares, mas a classe intelectual é que seria capaz de pautar o que é importante para a nação (SILVA; PINHEIRO, 2013). Porém, deve se considerar o caráter do governo nesse período político e que Rodrigo Melo estava inserido dentro do Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas, ou seja, pode-se afirmar que tais alterações foram necessárias ou até mesmo responsáveis pela aprovação do Decreto-Lei.

A condução do Ministério da Educação por Gustavo Capanema foi capaz de garantir a aproximação do governo com muitos artistas e intelectuais oriundos da

Semana de Arte Moderna de 1922. Este pensamento legitimava, inclusive, a partir da participação desses artistas e intelectuais dentro do Ministério de Capanema, a forte presença do Estado na formulação do que deveria ser a cultura e o patrimônio, que imprimia ações centralizadoras a fim de fortalecer o que se acreditava ser a identidade nacional brasileira (RUBIM, 2007). Sobre o comparecimento do Estado no desenvolvimento e construção dessas ferramentas, que garantiram a ampliação e institucionalização do campo cultural, porém com o caráter autoritário e centralizador, Rubim (2007) afirma que “a gestão inauguradora de Vargas/Capanema cria outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais. Ela irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira das políticas culturais nacionais” (p. 18).

Neste período, no cenário internacional surgia em 1946 o Conselho Internacional de Museu (ICOM), organização não governamental ligada a UNESCO que passou a promover discussão internacional sobre o desenvolvimento da Museologia no mundo. Mario Barata, recém-saído do Curso de Museus criado pelo MHN, fazia mestrado na França, participou do momento de criação do ICOM e, a partir disso, contribuiu para a criação da representação do ICOM no Brasil.

Conforme destacou RUBIM (2007), o advento do Regime Militar de 1964 ocasiona uma nova dinâmica de relação com o campo cultural, período marcado pela censura e em sua fase mais totalitária, pela tortura, perseguições e até mesmo assassinatos. O fluxo da produção cultural diminuiu enquanto é colocado em prática o desenvolvimento de uma indústria cultural e do controle dos conteúdos audiovisuais que se tornam os principais responsáveis pela reprodução da ideologia oficial, principalmente a partir do investimento nas emissoras de televisão. A produção cultural de oposição ao regime militar ocupava um espaço marginalizado e nesse período muitos artistas foram censurados e exilados, como aconteceu com Gilberto Gil que, mais tarde, no governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, conduziu o Ministério da Cultura. Em 1966 é criado o Conselho Federal de Cultura que apesar de ser um avanço no sentido de ser um espaço para pensar a cultura, se torna um espaço de articulação de artistas que apoiavam o regime militar e atuavam sob uma perspectiva conservadora, estimulando a criação de secretarias estaduais de cultura pelo país.

Em 1976, por iniciativa do Departamento de Museologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, aconteceu na cidade de Recife–PE o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. O encontro, que visava estudar a situação geral dos museus e propor soluções, resultou na publicação do documento denominado Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira que foi utilizado como base para elaboração de projetos na área por um longo tempo. Três anos depois, em 1979 é criada a Fundação Nacional Pró-Memória que atuava na preservação do patrimônio cultural e auxiliando os museus que não eram diretamente atendidos pelo SPHAN. (PNM, Relatório de Gestão, 2006). Com a decadência do regime militar e início da transição para democratização, surgem algumas brechas e outras iniciativas conseguem impactar o campo cultural da época, assim, o país se abre para debates e discussões internacionais, como as discussões que aconteciam nos encontro da UNESCO (RUBIM, 2007). Em 1972 o ICOM organiza uma mesa- redonda em Santiago do Chile, este evento dedicou-se a discussão dos museus na América-Latina e culminou com uma declaração, a Declaração de Santiago do Chile, que dentre as resoluções, assim como a Declaração de Quebec (1984), constituem a concepção de Museu Integral. (SANTOS, 2004)

Apesar de não ter tido efeito imediato, a ideia de Museu Integral acaba tendo desdobramentos significativos no pensamento e nas ações museológicas brasileiras no que, posteriormente, viria a ser a Nova Museologia. Na efervescência das discussões sobre as contradições da museologia clássica surge no seio do ICOM, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). A Museologia começa a ser reconhecida como uma prática social complexa, capaz de produzir conhecimentos para o presente. Amplia-se a concepção de patrimônio, e quase tudo se torna passível de musealização, agregando centros culturais, jardins botânicos, saberes e práticas tradicionais, comunidades e até mesmo territórios. (PNM, Relatório de Gestão, 2006).

Ao final da década de 1970 e a partir da década de 80, observa-se que os museus começam a deixar de ser somente espaço de reprodução da história oficial e construção da identidade nacional, subordinados diretamente ao Estado e passam a ter maior abertura para os interesses dos movimentos culturais, sociais, mas

também do mercado. Esse fato está relacionado com o grande número de museus criados na década de 1980, fator que tanto pode estar relacionado com a diversificação e democratização das narrativas, como também com o aumento da mercantilização das mesmas (SANTOS, 2004). Em 1986 é criado o Sistema Nacional de Museus vinculado ao SPHAN com o objetivo de construir uma política museológica dentro do órgão, mais tarde com a promulgação da Constituição de 1988 a concepção de patrimônio é ampliada, e pela primeira vez os bens de natureza imaterial serão considerados patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com Rubim (2007), com o processo de redemocratização, em 1985 o Ministério da Cultura é criado, porém a instabilidade decorrente do momento político é refletida na gestão do órgão que acaba tendo muitos dirigentes em um curto período e enfrenta dificuldades na consolidação institucional, chegando a ser extinto e reduzido a uma secretaria no governo de Fernando Collor de Mello. Este governo, em particular, ensaia a implementação de uma política neoliberal, que acaba se consolidando, de fato, no governo de Fernando Henrique Cardoso, marcando um período onde o Estado tem pouca atuação no desenvolvimento de políticas culturais e que as leis de incentivo eram a principal ferramenta voltada para o campo cultural. Assim, o governo definiu as leis de incentivo fiscal de forma que indiretamente a iniciativa privada decidia para onde iriam os investimentos culturais. Nilson Moraes (2009) elucida esse período destacando o documento publicado pelo Ministério da Cultura em 1995 com o nome: “Cultura é um bom negócio”. Neste mesmo período, destaca a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória e do SPHAN e a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); em um primeiro momento todos os museus que faziam parte das instituições extintas ficaram desabrigados, porém, percebendo o erro de tal decisão, esses museus são incluídos ao IBPC, transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1994.

É nesse cenário de instabilidade na consolidação de ações voltadas para museus que os profissionais, entidades e militantes do campo museológico se articulam a partir de suas bases de atuação para pautar uma mudança no posicionamento do governo em relação aos museus. O movimento foi favorecido diante das eleições presidenciais que aconteceram em 2002 e, conseqüentemente,

da abertura dos candidatos para a construção dos programas de governo junto à sociedade.

1.2 A Política Nacional de Museus

O ano de 2003 inaugura um novo momento para o cenário museológico brasileiro, a indicação de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura abre novos caminhos e concepções acerca da política cultural. Conforme destacou Simone Flores Monteiro (2016), interessado em compreender a cultura a partir da pluralidade e de forma democrática, o Ministério assume uma postura de diálogo que permitiu ampla participação dos profissionais de museus na construção de políticas públicas voltadas especificamente para o campo. A pesquisadora destaca que, no ano anterior, em 2002, acontecia na Cidade do Rio Grande (Rio Grande do Sul) o 8.º Fórum Estadual de Museus que, além de comemorar os 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, foi organizado pelo já estabelecido Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM-RS). Na ocasião do Fórum, que contou com a presença de inúmeros profissionais, foi aprovada a Carta do Rio Grande. A carta apontava as eleições que estavam por vir como um importante momento para traçar o desenvolvimento da museologia no País, partindo da perspectiva de defender a consolidação de uma política pública para a área. Inclusive, sugerindo seis eixos que deveriam constituir essa política pública (MONTEIRO, 2016).

Para Simone Flores Monteiro (2016) outro movimento que visava a mudança do cenário político em consequência das eleições presidenciais, foi o documento lançado pelo Conselho Federal de Museologia - COFEM em novembro de 2002. “Imaginação Museal a serviço da Cultura no Brasil” era o nome do documento, que dentre outras observações, apontava a preocupação acerca da situação dos museus no Brasil e a necessidade de mudança no contexto político cultural. Tais movimentos, aliados a criação da Coordenação de Museus e Artes Plásticas, em 2002, no MinC e do Departamento de Museus no IPHAN (DEMU/IPHAN), foram importantes à medida que prepararam e aglutinaram pessoas e entidades capazes

de pautar e articular, junto ao novo governo eleito, uma política pública específica para museus.

Em decorrência disso, no mesmo ano da posse de Gilberto Gil, é lançada a Política Nacional de Museus, no dia 16 de Maio no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. O processo de construção da PNM se deu a partir do diálogo do MinC, interessado em construir um projeto de cultura, e os diversos agentes da Museologia que já se mobilizaram e construíam o campo:

Ao se propor a sistematização de uma política pública voltada para os museus brasileiros, a preocupação inicial do Ministério da Cultura foi estabelecer o debate sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculados à Museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura. Desta forma, a primeira apresentação ao público do texto com os eixos programáticos sobre as bases para a Política Nacional de Museus ocorreu durante os dias 24 a 27 de março de 2003, quando foram realizadas reuniões junto à comunidade museológica para a discussão do tema. Posteriormente, seguindo a linha participativa que adotamos, o texto foi distribuído e disseminado por meio eletrônico a diversas pessoas e entidades vinculadas à Museologia para a discussão, apreciação e sugestões (MINC, 2003, p. 7)

Para Simone Flores Monteiro (2016), a consolidação da Política Nacional de Museus se deu a partir de diversos encontros e agenciamentos, estabelecendo conexões entre diferentes grupos, caracterizando um trabalho em rede na elaboração da PNM, dessa forma, “ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais.” (PNM, Relatório de Gestão 2003-2006, 2006, p. 12)

Segundo Simone Flores Monteiro (2016), o DEMU, ferramenta institucional criada em 2004, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se tornou a principal instância de articulação responsável pela concretização do que estava sendo proposto pela PNM e, assim, atuou na consolidação da PNM até a criação do IBRAM, em 2009. Juntamente com o lançamento da PNM, deu-se a criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM) e no ano seguinte, por meio do Decreto nº 5.264 de 5 de Novembro de 2004, a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), duas iniciativas que deram o primeiro passo para a concretização do

primeiro eixo programático da PNM: Gestão e configuração do campo museológico, que indica:

1.1 Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória.

1.2. Criação do Cadastro Nacional de Museus visando à produção de conhecimento sobre a realidade museológica do País (MINC, 2003, p. 10)

A PNM, desde então, se estabeleceu como a principal ferramenta de orientação do MinC para a área de museus, gerando o fortalecimento das instituições museais por meio de ações decorrentes de sua criação. Tem como objetivo geral:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País. (PNM, 2003, p. 8)

A PNM (2003) possui sete eixos programáticos, são eles: 1. Gestão e Configuração do campo museológico, 2. Democratização e acesso aos bens culturais, 3. Formação e capacitação de recursos humanos, 4. Informatização de museus, 5. Modernização de infraestruturas museológicas, 6. Financiamento e fomento para museus, 7. Aquisição e gerenciamento de acervos culturais. Na busca pela consolidação de ações por meio dos sete eixos programáticos que guiam a política foram criados cada vez mais espaços e ferramentas de estruturação dos museus, destacando-se a Semana de Museus que ocorre anualmente e o Fórum Nacional de Museus, evento bienal. O modelo de gestão proposto pela PNM opera a partir de três instâncias: Instrumentos Institucionais, Instrumentos de fomento e Instrumentos de democratização, sendo que a ideia é que esses instrumentos operem de forma integrada.

Figura 1: Modelo de Gestão da Política Nacional de Museus

Modelo de gestão da Política Nacional de Museus

Fonte: PNM, Relatório de Gestão 2003- 2006, 2006.

Segundo as informações apresentadas pelo Relatório de Gestão 2003- 2006 (2006), a criação de cursos de graduação e pós-graduação em museologia em diversas universidades, a publicação anual da *Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS*, realização de encontros de estudantes e de professores da museologia e a implantação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia, entre outras iniciativas, configuram iniciativas de formação e capacitação de recursos humanos. O lançamento do Portal do Sistema Brasileiro de Museus (2006) e o desenvolvimento da plataforma Tainacan em parceria entre a Universidade Federal de Goiás e o IBRAM colaboram para a informatização e o gerenciamento de acervos. O lançamento do Edital de Modernização de Museus e o Mais Museus, via Fundo Nacional de Cultura, constituíram em esforços para consolidação das ações de financiamento e fomento e a criação do Programa Pontos de Memória para a democratização e acesso.

Nas análises de Simone Flores Monteiro (2016), o Estatuto de Museus constitui outro marco importante na trajetória da PNM por se tratar de uma lei (Lei n.º 11.904 de 14 de Janeiro de 2009), que institucionaliza e normatiza os pontos fundamentais, para que os museus cumpram todas suas funções, além disso,

oferece mais segurança acerca da continuidade e cumprimento da Política Nacional de Museus. O Estatuto de Museus apresenta, antes de tudo, uma ampla definição de museus, comprometido com a diversidade e estabelece suas competências e princípios fundamentais, partindo para o esclarecimento sobre as possibilidades de criações de museus e especificando o caráter dos museus públicos. De acordo com a lei:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (BRASIL, 2009)

A Lei também discorre sobre o regimento das áreas básicas dos museus, como a preservação, conservação e restauração, o estudo a pesquisa e ação educativa e determina a elaboração de um Plano Museológico por parte das instituições.

No que diz respeito ao Plano Museológico, a legislação ressalta o fato de ser uma ferramenta básica de planejamento estratégico que considera uma visão global e integrada de todos os setores dos museus. Para Simone Flores Monteiro (2016), a determinação sobre o Plano Museológico gerou muitas implicações nos museus, que se viram sem as condições objetivas para realizar um plano devido a precariedade em que se encontravam. Apesar de apontar que a discussão acerca do Plano Museológico deveria ter sido mais difundida entre os museus, essa situação apontou as problemáticas de não se pensar os museus de forma global, ressaltando a importância de ter um planejamento para instituição e não somente planejamentos de gestão.

O Estatuto de Museus também deu um passo importante ao tratar dos Sistemas de Museus. Ao definir Sistemas de Museus como uma rede organizada de instituições museológicas, é colocado aos museus o dever da articulação e cooperação em rede para o desenvolvimento do setor. De acordo com o § 2º do art.

56 da Lei n.º 11.904/2009, a criação de sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais, têm por finalidade:

- I - apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;
- II - promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;
- III - contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;
- IV - elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a ele adstrito;
- V - colaborar com o órgão ou entidade do poder público componente no tocante à apreciação de candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Quanto ao Sistema Brasileiro de Museus, o Decreto n.º 5.264 de 5 de Novembro de 2004, que dispõe sobre sua criação, é revogado e o SBM passa ser regido pelo Estatuto de Museus e pelo Decreto n.º 8.124 de 17 de Outubro de 2013, que o regulamenta.

Art. 15. O SBM que tem suas finalidades previstas no art. 58 da Lei n.º 11.904, de 2009, colaborará com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e o a avaliação Do Plano Nacional de Cultura, de que trata a Lei n.º 12.343, de 2010, e do Plano Nacional Setorial de Museus.

Art. 16. O IBRAM coordenará o SBM e terá, para tanto, as seguintes atribuições:

- I – fixar diretrizes do SBM;
- II – buscar a realização dos objetivos específicos previstos no art. 59 da Lei n.º 11.904, de 2009; e
- III – estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades do SBM. (Decreto n.º 8.124 de 17 de Outubro de 2013)

De forma complementar, a partir do Estatuto de Museus ficam estabelecidos em lei as finalidades e os objetivos do SBM:

Art. 55. O Sistema Brasileiro de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus. (BRASIL, 2009)

O mesmo processo de articulação proveniente do DEMU e do SBM para a consolidação do Estatuto de Museus culminou na criação, no mesmo ano, do Instituto Brasileiro de Museus. A criação do IBRAM nada mais é do que mais uma

concretização dos anseios da PNM, estabelecendo em Lei a criação de um órgão, uma autarquia federal ligada ao Ministério da Cultura, que consiste na institucionalização de uma política.

A estrutura regimental do IBRAM é a apresentada pelo Decreto nº 6.845 de 7 de Maio de 2009 e é pensada de forma que desenvolva uma gestão descentralizada, o que justificava a não criação de unidades nos estados da federação (MONTEIRO 2016). Assim a estrutura organizacional é composta por órgãos colegiados, órgão de assistência direta e imediata ao presidente: gabinete; órgãos seccionais; órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados: unidades museológicas (BRASIL, 2009).

A Diretoria, o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão constituem os órgãos colegiados, sendo o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico a instância que promoveria um diálogo entre a gestão do IBRAM e a comunidade museológica. No entanto, Simone Flores Monteiro (2016) traz uma importante reflexão a partir da constatação de que, segundo o referido decreto, além das entidades, os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico são indicados pelo presidente do IBRAM ao apresentarem notório e especial conhecimento nos campos de atuação do Instituto. Conforme destacou a pesquisadora, além da questionabilidade do que é considerado notório, tal decisão centraliza determinado poder ao presidente do IBRAM e traz a ponderação sobre até que ponto a criação do IBRAM centraliza, a partir da sua hierarquia interna e estrutura regimental, as decisões e a execução da PNM.

Assim, faz-se o questionamento sobre o papel que o Sistema Brasileiro de Museus tem ocupado no processo de consolidação de políticas públicas para museus. Como é observado por Simone Flores Monteiro (2016), talvez o SBM cumprisse melhor o papel de construção democrática e descentralizada se levasse a construção em rede para dentro do IBRAM. O SBM teve um importante papel na articulação do campo para a consolidação das mais importantes conquistas para o campo museológico e promove um debate sobre a importância da instituição de sistemas de museus estaduais, municipais e distritais a fim de promover o desenvolvimento do trabalho em rede como forma de potencializar cenário museológico e tirar muitos museus da situação de precariedade. Os sistemas

possuem a capacidade de aglutinação, propiciando a atuação em rede e, conseqüentemente, se tornam um importante instrumento de democratização.

No próximo capítulo desenvolveremos uma revisão de literatura sobre as principais concepções de rede e sistema. Essa discussão tem como objetivo elucidar as formas de funcionamento que uma rede ou sistema de museus podem e deveriam, a partir da própria conceituação de sistemas e redes, funcionar. O intuito é reunir informações para compreender como ao longo da história dos museus e a partir da PNM e da implantação do SBM os museus têm se articulado. Para tanto, serão apresentados alguns exemplos de sistema estaduais e nacionais, buscando uma reflexão sobre como tem se dado esse processo, suas limitações e conquistas.

2. SISTEMAS E REDES DE MUSEUS EM PERSPECTIVA

A organização em rede não é algo novo, muito menos uma prática exclusiva dos museus. Muitos outros equipamentos culturais, como bibliotecas e arquivos, também vêm se articulando em rede, alguns deles antes dos museus. Os espaços culturais precisam estar em constante contato e em comunicação com a sociedade e a comunidade que os cerca, ou seja, precisam ser espaços orgânicos, onde haja circulação de conhecimentos, saberes e pessoas. Considerando esse aspecto, é comum o movimento desses espaços para que haja uma articulação em rede e, no caso dos museus, esse aspecto é enfatizado a partir do momento que o campo passa a ter reconhecimento de sua importância por parte do espaço, a partir da consolidação de políticas públicas para a área. A organização em rede parece ser uma das formas de manter o aspecto múltiplo e permeado de subjetividades, como é o campo da cultura, mesmo dentro das estruturas, muitas vezes inflexíveis da administração pública.

Alguns eixos programáticos da Política Nacional de Museus (2003) são estímulos dentro de uma política pública de Estado para a organização sistêmica do campo museológico. O eixo 1 - Gestão e configuração do campo museológico pontua:

1.1. Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo a criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória. [...] 1.4. Integração de diferentes instâncias governamentais diretamente envolvidas com a gestão de patrimônios culturais submetidos à musealização. [...] 1.6. Criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos. 1.7. Promoção a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais. (PNM, 2003, p. 10)

Em relação ao eixo 2 - Democratização e acesso aos bens culturais, destacam-se os seguintes pontos:

2.1 Apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido. 2.2. Estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas e conteúdos expositivos. [...] 2.5. Apoio a realização de eventos multiinstitucionais à circulação de exposições museológicas. [...] 2.8. Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências: a. realizadas em programas de comunicação com públicos gerais e específicos curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos, etc.); b. perpetradas na área da gestão, da preservação e da documentação museológica (inventários participativos, instalação e organização de reservas técnicas, gerenciamento e informatização de acervos, desenvolvimento de equipes e projetos, conservação preventiva, etc.); c. desenvolvidas na área da investigação e da editoração (teoria museológica, estudo de coleções, estudos de público, história e trajetória de museus, estudos de espaços museológicos, programas editoriais, etc.). (PNM, 2003, p. 10)

Observa-se que tais eixos da PNM, quando não tratam diretamente da organização sistêmica ou em rede, orientam a tomada de medidas e ações que somente são possíveis a partir de um alto nível de articulação entre o campo museológico, ou seja, de uma atuação em rede.

A ideia da atuação em rede é, além do compartilhamento de informações e cooperação evidentes, garantir uma participação mais democrática entre todos que se relacionam em rede, gerando impacto nas relações de poder à medida que os participantes de uma rede têm canal direto de comunicação com os órgãos e gestores responsáveis pela aplicação de uma política pública.

Um sistema de museus bem articulado, funcionando como rede, é capaz de fortalecer todo o campo museológico em diversas instâncias: dentro da estrutura governamental a partir de políticas públicas diante da comunidade, agregando agentes e movimentos sociais e, conseqüentemente, gerando democratização no acesso e das narrativas, possibilitando uma maior inserção no circuito cultural e econômico de uma região.

Para entender o funcionamento e a proposta de uma rede ou sistema de museus, será feita uma análise sobre os conceitos de sistema e rede aplicados ao campo da Museologia. Para isso, serão utilizados os estudos realizados por Luiz Fernando Mizukami (2014) em seu trabalho *Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo* e de Simone Flores Monteiro (2016) no trabalho *Política Pública para museus no Brasil: o lugar do*

Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus. A partir das discussões trazidas nos trabalhos citados serão exploradas as origens e desdobramentos dos conceitos de redes e sistemas, evidenciando até que ponto se distanciam ou se relacionam, buscando entender porque esses termos costumam estar acompanhados um do outro ou, até mesmo, se confundem.

Considerando as singularidades inerentes ao campo da Museologia, também optou-se por aprofundar o conceito de rede e o conceito de rizoma criado e desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) em *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*, em virtude de ser um conceito que também tem sido utilizado para se discutir as lógicas de sistemas e redes. Além de procurar explicar esses conceitos, é importante evidenciar a possibilidade de interação entre os mesmos, pensando a rede enquanto uma forma de execução de organização rizomática. Na segunda parte deste capítulo, a apresentação de sistemas estaduais e nacionais de museus visa compreender como se dá na prática o processo de consolidação desses sistemas, como podem atuar dentro de suas possibilidades e realidades objetivas e até que ponto conseguem concretizar as propostas e anseios vislumbrados no momento de sua criação.

2.1. Rizoma, sistemas e redes de museus

À medida que a conexão global e o desenvolvimento da tecnologia da informação avançam, o fluxo de informações vêm se intensificando e a discussão sobre o desenvolvimento de redes tem estado cada vez mais presente. Para Manuel Castells:

A sociedade vem se constituindo em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxo de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. (CASTELLS, 1999, p. 501).

Essas novas práticas sociais características de uma sociedade que funciona em rede, modificam as configurações espaciais constituindo um espaço de fluxos:

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funciona por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (CASTELLS, 1999, p. 501).

O desenvolvimento da tecnologia da informação possibilitou a existência de uma sociedade que passa a agir conectada, estabelecendo múltiplas possibilidades de trocas e interações em âmbito global. A organização em rede, que embora tenha existido em outros períodos, ganhou condições materiais para sua aplicação em diversos campos sociais depois da revolução tecnológica da era da informação e proporcionou uma lógica onde socialmente o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. (CASTELLS, 1999). Para Simone Flores Monteiro:

Na sociedade em rede, o novo paradigma está na tecnologia da geração de conhecimentos, de processamento da informação e da comunicação em símbolos, e na busca constante de aprimorar a tecnologia do processamento de informação para a geração de conhecimentos. Dessa forma, a tecnologia, as relações técnicas e a produção de conhecimento modelam o comportamento social, influenciando o poder e gerando novos mecanismos de poder, controle, interação e transformação social. (MONTEIRO, 2016, p. 47)

A ampliação das noções de rede que se tornou uma forma de organização aplicável em diversas áreas do conhecimento por seu caráter amplo e flexível chegou ao campo dos museus e dos movimentos sociais que, conforme explicitado por Simone Monteiro (2016), foi capaz de democratizar relações por se tratar de uma estrutura que não permite centralização, característica essa que é principal diferença entre a concepção de rede e sistema, apontada pelos autores estudados.

É evidente que, ao longo do tempo, as concepções de sistemas e redes se aproximaram, não exatamente na conceituação, pois possuem origens diferentes, mas principalmente em suas aplicações, pelo fato dos dois termos remeterem a ideia de conjunto. Redes e sistemas, segundo Mizukami (2014), passam a ser termos polissêmicos. Considerando o estudo de Bertalanffy sobre sistemas e de Pierre Musso sobre redes, nota-se que os dois autores remontam a origem do termo ao desenvolvimento da medicina (*apud* MIZUKAMI, 2014). Ambos também consideram a disseminação dos termos em diversos campos da ciência e permeando o imaginário popular. Pierre Musso (2010) considera a popularização e a

polissemia da noção de rede como prova de seu sucesso, mas alerta que esse fator também pode interferir na coerência do uso do termo provocando banalização do conceito. Todavia apesar de toda a questão envolvendo a polissemia dos termos, de fato é possível traçar uma relação redes e sistemas:

Enfim, terceiro elemento da definição da rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeitar uma norma - eventualmente mobilizável - que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse invisível ao segundo, portanto seu fator explicativo. (MUSSO, 2010, p. 31- 32)

Os estudos sobre sistemas são anteriores aos estudos sobre redes, sendo que a emergência do conceito de sistema se deu em um momento de transição que levou ao surgimento da automação e dos computadores. Já a conceituação e o estudo de redes, conforme aponta Mizukami (2014), emerge principalmente na década de 1990 com o desenvolvimento da tecnologia da informação e da internet. Para explicitar as principais diferenciações entre redes e sistemas, Mizukami (2014) cita a comunicação de Lameiras-Campagnolo e Campagnolo realizada no Fórum Internacional de Redes de Museus:

Estas duas estruturas aparecem, pela natureza distinta a um tempo das suas finalidades e das suas fronteiras, como duas classes diferenciadas de organização: - o sistema, dotado de uma fronteiras alterável e de uma finalidade concebida parcialmente quando da sua gênese e precisada no decurso do seu funcionamento. Enquanto o sistema pode ser assim sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais retificações. Integrando, na sua própria dinâmica, elementos não-estruturados ou reestruturados, a rede evolui não somente através da adjunção e a codificação de novas componentes (admitindo novos nós e novas conexões), mas também através da realização de componentes mais antigas (modificando certos nós e certas conexões), por intermédio de releituras semi exploratórias de codificantes. (*Apud* MIZUKAMI, 2014, p. 37-38)

Portanto, o que se observa na maioria das análises é que a principal diferença entre as duas conceituações diz respeito a flexibilidade da rede em contrapartida a estrutura pré-estabelecida, centralizada e hierarquizada que é associada ao conceito de sistema. Para Simone Monteiro (2016) a relação estabelecida pela rede tem caráter de cooperação, acordo e trocas, enquanto as

relações de um sistema se dão de forma interdependente, com controle mais rígido. Apesar disso, ela pontua que, no caso dos sistemas e redes de museus, essas denominações e diferenças estruturais não são bem delimitadas, de forma que atualmente é possível encontrar estruturas que se denominam de rede mas atuam como sistema e vice-versa. Cabe destacar também que o sistema, enquanto um todo organizado hierarquicamente, pode inclusive ser parte de uma rede, pois a rede é capaz de estabelecer conexões com os diferentes agentes e estruturas organizacionais.

Entendendo a existência dessas duas terminologias, origens, suas aproximações e distanciamentos, buscaremos neste trabalho uma compreensão mais ampla sobre as conceituações de rede, por acreditar que a organização em rede se aplica melhor aos sistemas e redes de museus, “[...] entendendo-a como a conexão de partes em seu estado primordial (e o sistema como evolução organizada desta mesma conexão) e como estrutura mais ampla” (MIZUKAMI, 2014, p. 40). Pretendemos, assim, compreender o que os autores conceituam como rede e como a organização em rede pode ser mais adequada para o campo da Museologia.

Uma rede se estabelece a partir de conexões, possibilitando diversos agenciamentos, um de seus pontos fortes é a capacidade de crescimento exponencial de maneira que quanto mais conexões são feitas, maiores são as chances de expansão podendo se conectar inclusive com outras redes e sistemas. Assim, podemos afirmar que a rede não é definida por uma forma exterior pré-estabelecida, suas conexões internas, pontos, nós e encontros é que determinam sua forma fazendo com que uma mesma rede tenha vários pontos de entrada e saída, se configurando a partir de seus fluxos.

Pierre Musso em *A Filosofia da Rede* (2010) faz um panorama histórico do conceito de rede, permitindo uma maior compreensão de como o termo chegou às aplicações contemporâneas, se tornando “onipresente, e mesmo onipotente em todas as disciplinas” (p. 17). A partir de uma genealogia do conceito, informa que tem sua gênese na mitologia do labirinto e da tecelagem, passa pela medicina de Hipócrates na antiguidade e aparição enquanto termo rede, na língua francesa no século XII, remetendo a redes de caça, pesca e fios entrelaçados. Musso (2010) observa que, partindo dessas concepções, a rede, até então, estava associada a

uma exterioridade, de estar sobre o corpo. Essa relação de exterioridade desaparece quando o termo passa a ser usada pela medicina para ilustrar o aparelho sanguíneo do corpo humano, passando a estar dentro do corpo, inclusive como parte de seu funcionamento.

Outro importante estudo para o desenvolvimento do conceito foi o estudo dos cristais feito por e René-Just Huay que iniciou uma proposta de caráter mais científico sobre a formação das redes, observada como algo passível de ser construído:

A grande ruptura que faz advir o conceito de rede à virada do século XVIII para o século XIX é a sua “saída do corpo”. A rede não é mais apenas observada sobre ou dentro do corpo humano, ela pode ser construída. Distinguida do corpo natural, ela se torna um artefato, uma técnica autônoma. A rede está fora do corpo. O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca nas suas malhas no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. O engenheiro a concebe e a constrói, enquanto o médico se contentava em observá-la. A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço. Ela se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo Estado-Nação ou do planeta. Para sair de sua relação com o corpo físico, a rede devia, primeiramente, ser pensada como conceito para torna-se operacional como artefato (MUSSO, 2010, p. 20)

A rede, então, adquire um caráter técnico, como “estrutura artificial de gestão de espaço e tempo” (MUSSO, 2010, p. 22). Ao mesmo tempo, Claude-Henri de Saint-Simon, ao pensar filosoficamente a consolidação de uma religião pautada na meta ligação e unificação da sociedade, elabora uma epistemologia para organismo-rede visto como mecanismo de organização social e transição para a sociedade em comunhão. A partir da busca de Saint-Simon, surgem observações significativas sobre o funcionamento em rede:

Saint-Simon estabelece que, quanto mais um corpo é organizado, mais ele tem ação sobre seu ambiente. Por analogia, ele afirma que, quanto mais uma sociedade está organizada, melhor ela é organizada e mais ação ela produz sobre a natureza: quanto mais sua organização interna é feita de redes, mais ela as estabelece sobre o território. A construção de redes de comunicação torna-se um objetivo de utilidade pública e uma garantia da felicidade material. A rede não é apenas conceito, mas um operador para a ação. A rede permite a passagem ao ato, a realização da rede é “um trabalho”, e mesmo um trabalho “de interesse público”. (MUSSO, 2010, p. 26)

Musso (2010) destaca que, a partir do pensamento de Saint-Simon, a rede passa a ser entendida como meio de vínculo universal tendo além do caráter técnico, um caráter político e simbólico. A comunicação por meio das redes se torna meio de comunhão igualitário permitida pela redução física e geográfica proporcionada pela rede, que começa a estar vinculada ao ideal de democracia. Para Musso (2010), a trajetória de desenvolvimento do conceito de rede é responsável pela referida polissemia do termo. Considerando essas transformações, que foram alicerces do estudo de três autores - Michel Serres, Henri Atlas e Anne Cauquelin -, Musso apresenta o seguinte conceito de rede:

[...] a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento. Pode-se distinguir três níveis nessa definição:

1. A rede é uma estrutura composta por elementos em interação; esses elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões.
2. A rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; a gênese de uma rede (de um elemento de uma rede) e sua transição de uma rede simples a outra mais complexa são consubstanciais a sua definição. A estrutura de rede inclui sua dinâmica. Que se considere o desenvolvimento de um elemento em todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes, trata-se sempre de pensar uma complexificação auto-engendrada pela estrutura da rede.
3. Enfim, terceiro elemento de definição da rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeitar uma norma eventualmente modelizável - que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse invisível do segundo, portanto seu fator explicativo. (MUSSO, 2010, p. 31-32)

Simone Monteiro (2016) em seu estudo relaciona o conceito de rede com o conceito de “rizoma” de Deleuze e Guattari (1995). Segundo ela, além de necessário para entender as conexões que se estabeleceram no decorrer da construção da Política Nacional Museus, também se faz necessário no entendimento das dinâmicas e relações de poder centralizados e descentralizados durante o processo. Luiz Mizukami (2014) também faz associação com o rizoma, a partir da reflexão de Virgínia Kastrup, de que “a rede articula elementos heterogêneos como saberes e coisas, inteligências e interesses, onde as matérias trabalham fora do controle dos métodos” (p. 41), assim como as características de um rizoma, conceito proposto por Deleuze e Guattari.

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) utilizam a imagem do rizoma estudado na botânica e o aplicam à filosofia, para a formulação de uma epistemologia. O rizoma é uma espécie de raiz que se diferencia pela forma que cresce. Diferente das demais raízes, o rizoma cresce de forma horizontal sem estar ligado diretamente a uma unidade, mas se conectando com outros rizomas, raízes e brotos, sem direção estabelecida. Segundo informam os autores, o rizoma enquanto conceito, parte principalmente da oposição da unidade, da centralidade e da forma binária de pensamento, que sempre parte do uno que leva a dois e assim por diante. Tal forma de pensar, sempre remetendo a uma centralidade, além de reproduzir hierarquias, desconsidera as multiplicidades. Desse modo, o pensamento rizomático seria uma oposição ao pensamento da árvore, que pelas raízes, galhos e demais estruturas sempre levam ao tronco, à centralidade. Agindo de forma descentralizada, o rizoma considera as constantes interações entre máquinas. Todavia, essas interações e conexões em si não constituem o rizoma, mas sim as linhas de fuga que surgem dessas interações. Os agenciamentos de um rizoma são livres e podem mudar de acordo com outras conexões estabelecidas, assim, determinam a forma do rizoma, que possui várias entradas. Essas conexões passam por diferentes esferas, campos e planos, ou seja, não se restringem apenas a linguagem:

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 16)

De acordo com Deleuze e Guattari (1995) as multiplicidades não são suprimidas em torno de uma centralidade, são preservadas apesar de constituírem um corpo comum. A multiplicidade em um rizoma não representa uma variedade de objetos singulares (falsa multiplicidade) nem fragmentações que derivam ou remetem a um uno, a multiplicidade é substantivo: “Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade).” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 15). Mesmo com a descentralização da dinâmica rizomática, as diversas conexões, as heterogeneidades e as multiplicidades podem gerar processos de territorialização e desterritorialização e, dessa forma, “o rizoma pode tanto acabar produzindo uma

árvore numa linha de fuga, quanto produzindo linhas de fuga em sistemas hierarquizados.” (FERREIRA, 2008, p. 36). Deleuze e Guattari (1995) informam que esses processos são possíveis graças ao princípio de ruptura a-significante de um rizoma, pois um rizoma pode ser rompido em qualquer lugar sem que prejudique as demais conexões podendo inclusive se reconectar a outros pontos, seguindo o fluxo dos agenciamentos.

Podemos dizer que os seis princípios de funcionamento de um rizoma, estabelecidos por Deleuze e Guattari (1995) possuem elementos que se aproximam das características da rede. A respeito disso, Luiz Mizukami (2014) elabora uma importante contribuição sobre essas aproximações, ao elencar alguns princípios:

- Princípio da Conexão: este princípio diz que qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro ponto, sem intermediações ou um ponto fixo a partir do qual todas as ramificações se realizem. O rizoma faz conexões sem a subordinação hierárquica, crescendo para todos os lados e em todas as direções. A rede tem esta característica de crescimento sem determinações, ampliando-se conforme o número de integrantes que aderem por contato, sem ordem hierárquica.
- Princípio da heterogeneidade: se o princípio da conexão afirma o descentramento, onde um ponto pode e deve estar conectado a qualquer outro ponto, isso significa que diferentes linguagens e semânticas existem. Assim, não há uma única linguagem e isso afirma que o rizoma não é de natureza linguística. Deleuze e Guattari (*apud* Kastrup, 2010, p.80) afirmam que "um método de tipo rizomático é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras regiões e outros registros". A rede se mostra como ambiente de multivocalidade.
- Princípio de multiplicidade: o rizoma não é uma totalidade unificada nem forma pura; há diferenças, há singularidades e as conexões e relações entre estas singularidades compõem-o. O que importa são as conexões que formam as linhas do rizoma. São as linhas que compõem esta multiplicidade do rizoma e que estimulam a autocriação. A rede importa mais pelas suas conexões do que pelos seus integrantes. Uma alteração na rede não seria possível se realizada por apenas um integrante, um ponto. A alteração pode se iniciar em uma linha de conexão e se multiplicar. Esta situação que assegura a fluidez da rede, situando-a no devir.
- Princípio da ruptura a-significante: o rizoma pode ser rompido em qualquer lugar assim como pode retomar a partir de uma linha de suas linhas ou de outras linhas. Há uma tensão permanente entre o movimento de criação de formas e organizações e o movimento de fuga e desmanchamento destas mesmas formas. A rede mostrou-se como estrutura adequada para a atual sociedade capitalista informacional justamente por sua conformação de mudanças rápidas, algo familiar ao conceito "líquido" de Bauman (2000).
- Princípio da cartografia: "Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo". Ou seja, o pensamento sobre rizoma não é representacional, é inventivo. Pensar sobre o rizoma é parte dele, entrando em sua composição e participando de seu movimento criador. O mapa do rizoma "é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente", assim como a rede.

- Princípio da decalcomania: o decalque é característica da lógica arborescente, ou seja, a lógica de um tronco central, de um ponto central a partir do qual se irradia. Mas, tanto o mapa quanto o decalque são métodos que encontram apoio nas propriedades do rizoma. (MIZUKAMI, 2014, p. 41)

Segundo Flávia Turino Ferreira (2008) é significativo observar que os princípios da cartografia e da decalcomania sugerem uma forma de representação do rizoma e ajudam a compreender como rizoma pode ser método. Pensando o rizoma como método para redes, a cartografia consiste em instrumento de mapeamento, todavia compreendendo que um mapa está em constante mudança, a cartografia deve considerar e entender os movimentos de expansão e retração. A decalcomania que traduz o mapa a imagens deve ser entendida como o registro de um momento do mapa, uma espécie de fotografia; se o decalque de um momento cartografado de um mapa for tomado como absoluto, pode resultar em um processo de hierarquização que descarta a dinâmica do mapa/rizoma.

Mesmo alertando sobre os risco de cristalização do mapa a partir do decalque, não devemos compreender o mapa em oposição ao decalque, mas como complementares, se relacionam a partir do momento que o decalque deve ser projetado sobre o mapa para compreender suas eminências (FERREIRA, 2008).

Ao utilizarmos o rizoma como método para apreender um mundo que se produz como rede, é preciso que estejamos sempre atentos para não cairmos no esquema transcendente da árvore; isto é, o pesquisador não pode ser capturado pelo esquema classificatório e reducionista de hierarquização, já que assim estaremos criando um decalque que será supervisionado, criando uma estagnação nas formas de agenciamentos e produzindo pré-conceitos e discursos de autoridade. Para tanto, é importante ter sempre em mente os princípios do rizoma que irão sempre orientar a cartografia. Neste processo, não se deve privilegiar nenhuma entrada e nenhuma saída, pois todos os dispositivos são válidos e influem na composição dos territórios. (FERREIRA, 2008, p. 38)

Em outra linha de investigação, Girlene Bulhões (2017) ultrapassa as barreiras organizacionais e de articulação entre instituições, vai mais fundo na reflexão de rizomas dentro do campo museológico, e pensa um modo rizomático de se fazer Museologia, visando a consolidação do Gaia Museu. O museu seria uma entidade intermediária, está no meio, é passagem entre a lembrança e o esquecimento, abriga um universo de significações simbólicas que somente uma dinâmica rizomática seria capaz de gerenciar de maneira que não ocorra a seletividade. No lugar intermediário, pelo rizoma, os museus seriam capazes de

realizar interações entre centros e periferias, entre múltiplos, aliar e conectar diferenças agenciando patrimônios, matrimônios, fratrimônios e filimônios. O rizoma no museu “[...] é a negação da memória arborescente, comparativa, punitiva, impositiva; não tem centro ou metas a serem alcançadas, padrões a serem atingidos.” (BULHÕES, 2017, p. 141)

2.2. Sistemas e Redes no Brasil e seus diálogos com as políticas públicas para museus

O Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) é uma das primeiras experiências de sistema estadual de museus no Brasil, e contribuiu para a consolidação de outros sistemas estaduais, como o do Rio Grande Sul. De acordo com Luiz Mizukami (2014), na década de 1970 ocorreu a iniciativa do governo do estado de São Paulo na criação de Museus Históricos Pedagógicos na capital e em diversos municípios, de maneira que em 1973 havia setenta e nove museus resultantes dessa iniciativa. Assim, surge a rede de Museus Histórico Pedagógicos, primeira rede pública de museus que contribui, a partir da articulação que existia entre esse museus, para consolidação, posteriormente do Sistema de Museus de São Paulo.

Mizukami (2014) afirma que a problemática dessa movimentação está no fato de que estes museus foram introduzidos nos municípios sem considerar os aspectos locais, tornando-se uma espécie de aparelho de disseminação da visão da história oficial que grava uma espécie de imposição da história do Estado sobre os municípios e suas histórias locais. Sublinha que, em 1980, foi criada a Comissão de Dinamização de Museus, que teve o intuito de mapear a situação de funcionamento dos museus de São Paulo. Os resultados foram apresentados por meio do documento: “Os museus da rede estadual”, determinante para que houvesse a percepção da necessidade de municipalização dos museus de São Paulo. Além disso, o pesquisador destaca que o documento também propunha a criação de um Sistema de Museus de São Paulo que prestaria o papel de assistência técnica aos museus da rede estadual. Esses esforços e articulações resultantes da adequação e

municipalização dos museus levaram a criação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 24.639; de 13 de Janeiro de 1986.

A Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, ao começar a realizar contratos de gestão de aparelhos culturais por Organizações Sociais (OS), passou, a partir da gestão compartilhada, a ter condições para se voltar especificamente para a formulação de políticas públicas e orientações para atender o cidadão (MIZUKAMI, 2014). Na adoção dessa nova forma de gestão, as Organizações Sociais responsáveis pela gestão dos museus pertencentes à Secretaria de Estado de Cultura passaram a fazer parte do Sistema de Museus do Estado de São Paulo, o que gerou uma nova dinâmica no funcionamento do sistema e culminou em um processo de rearticulação e organicidade do setor. Em 2009, em parceria com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAMP), uma Organização Social, foi iniciado o processo de diagnóstico dos museus, criando uma base de dados a partir do cadastro dos museus do estado de São Paulo que resultou “[...] em um cadastro de 415 museus e instituições afins em 190 municípios e, uma lista de 48 acervos e projetos em implantação em 44 municípios”. (MIZUKAMI, 2014, p. 92)

Ainda segundo Mizukami (2014), em 2011 é publicado o Decreto n.º 57.035, de 2 de junho de 2011, que mudou o nome para Sistema Estadual de Museu (SISEM-SP), adequou o sistema às normativas do Estatuto de Museus e realizou projeções para o futuro, marcando um novo momento no funcionamento do sistema. O novo decreto proporciona a ênfase em ações próprias da cadeia museológica, como ações de salvaguarda e comunicação, e fortalece e fomenta as articulações a partir da organização do sistema. O pesquisador ainda destaca que, quanto ao funcionamento, o SISEM-SP conta com um grupo de trabalho (GTCSISEM-SP) composto por representantes de doze regiões, antes denominados polos. A organização em regiões visa maior capilaridade do sistema, uma vez amplia a comunicação com as diferentes regiões do estado possibilitando mais eficiência no diagnóstico e resoluções do Sistema. O Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus (COSISEM), que se reúne bimestralmente e tem seus representantes eleitos bienalmente no Encontro Paulista de Museus, consiste na

instância consultiva do GTCSISEM-SP que possui representação dentro do Conselho. (MIZUKAMI, 2014)

A pesquisa de Mizukami (2014) também sublinha que diante da falta de registro e documentação acerca da criação e funcionamento do SISEM-SP desde sua criação, o GTCSISEM-SP se propôs, a partir de entrevistas com antigos funcionários do DEMA, hoje UPPM, a realizar um resgate histórico e análise de como se deu a atuação do sistema durante seus anos de funcionamento. Os resultados apresentados indicam que desde sua criação até a reformulação, o sistema atuou em quatro linhas principais: Formação, Comunicação, Apoio Técnico e Articulação. As linhas permaneceram as mesmas com a atualização do decreto, porém no 5º Encontro Paulista de Museus em 2013 foi incluída a linha Fomento, vinculada principalmente à participação e estabelecimento de editais. Outra observação importante foi a de que apesar da continuidade nas ações realizadas pelo Sistema, houve irregularidades nas linhas de atuação e na articulação, ou seja, apesar da continuidade das ações elas não eram focadas nas linhas de atuação.

Os desafios do SISEM-SP seguem no sentido de garantir uma estruturação e consolidação institucional proporcionando o fluxo de trabalho apesar dos agentes que compõem o sistema. Pode-se dizer que a criação Grupo de Trabalho e do Conselho de Orientação faz parte desse esforço, pois as representações regionais que compõem essas instâncias estão mais próximas da realidade dos museus. A tentativa de maior inserção nas diversas regiões somada à constante atualização dos dados por meio do Cadastro Estadual de Museus podem assegurar a organicidade do sistema e o incentivo aos museus para adesão ao Sistema. (MIZUKAMI, 2014)

Outro exemplo de sistema estadual de museus é o Sistema Integrado de Museus do Pará (SIM-PA). Assim como as origens do SISEM -SP, o SIM-PA surge da ampliação de espaços museológicos, a partir de um projeto de requalificação urbana denominado Feliz Lusitânia. O projeto reestruturou várias construções históricas que foram transformadas em espaços museológicos, e fez com que a Secretaria de Cultura, devido ao aumento no número de aparelhos culturais, fizesse uma revisão na própria estrutura de funcionamento. A expansão museológica resultante do referido projeto e a experiência de organização sistêmica do estado de

São Paulo reforçaram a criação do SIM-PA, que foi formalizado pela Lei n.º 6.104, de 14 de janeiro de 1998 (MIZUKAMI, 2014).

A estrutura do SIM-PA foi definida por um organograma composto por diretorias correspondentes a unidades museológicas e coordenadorias técnicas referentes às principais atividades museológicas. As direções e coordenações foram dispostas de maneira que as atividades se cruzassem, ou seja, as ações realizadas pelas coordenadorias técnicas passam por todas unidades museológicas possibilitando, em tese, uma ampla articulação entre as componentes do sistemas (MIZUKAMI, 2014). Considerando essa divisão organizacional do sistema, com o propósito de cumprir os objetivos estabelecidos na criação do SIM-PA, as atividades desenvolvidas foram pautadas em três programas museológicos (salvaguarda, comunicação e infraestrutura):

Ao invés de se buscar a estruturação de, por exemplo, uma coordenação de ação educativa para cada museu, é possível, em teoria, atingir aqui uma grande coerência na política de educação em museus visto que uma única coordenação poderá trabalhar com todas as unidades. E mesmo as especificidades tipológicas de cada museu permitiriam uma otimização na gestão de recursos, visto evitar sobreposições de ação que poderiam existir caso cada unidade atuasse isoladamente. Em relação ao programa museológico de salvaguarda, sua manifestação concreta aparece na concepção e implantação de reservas técnicas sistêmicas, onde acervos de distintos museus compartilham o mesmo espaço. (MIZUKAMI, 2014, p. 107)

Uma das maiores dificuldades apontadas pelos gestores do sistema, consiste no desenvolvimento interno de uma cultura sistêmica, da compreensão de que as ações devem funcionar de forma integrada, buscando o funcionamento em rede para além da estrutura matricial, formalmente estabelecida. Além do desafio de integração interna, os aparelhos culturais geridos por Organizações Sociais, ao contrário do estado de São Paulo, não agem de maneira integrada com o SIM-PA que, além disso, também encontra dificuldades para alcançar museus que estão fora do Sistema, ou seja, se agregar novas instituições e ampliar suas conexões. Essas dificuldades se agravam à medida que mudanças políticas como troca de governos e abertura de concursos públicos, geram grandes mudança no quadro de funcionários, culminando nas constantes discontinuidades de gestão. (MIZUKAMI, 2014)

O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM-RS) teve uma característica que marcou toda a sua existência: a articulação e organização em

rede da área museológica já existiam antes da consolidação do sistema, prova disso é que desde o início da década de 1970 já aconteciam encontros Sul-Rio-Grandenses de Museus. De acordo com MIZUKAMI (2014), a criação do SISEM-SP e a participação do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Museus são apresentados como fatores que impulsionaram a mobilização em torno da criação formal de um sistema de museus para o estado do Rio Grande Sul. Como já havia uma organização no setor museológico, a experiência de criação do Sistema de Museus do Rio do Sul foi capaz de envolver vários municípios do interior do estado.

Segundo Luiz Mizukami (2014), em 1978 foi criado pelo governo do estado o Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC). Vinculada a ele foi criada a Coordenadoria Estadual de Museus (CEM) sob o comando de Teniza Spinelli, que passa a ser a representante do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Museus. A Coordenadoria Estadual de Museus é o embrião do SEM-RS e atuou junto com o setor museológico no cadastro das instituições museológicas, mapeamento dos profissionais da área e na construção da proposta de atuação regional que foi empregada no SEM-RS. A divisão por regiões, concebida a partir da perspectiva de participação democrática de todos os museus e agentes que já se articulavam em rede, reconhecia coordenadores regionais eleitos de forma democrática em suas respectivas regiões.

Conforme destacou Carine Silva Duarte (2013), o SEM-RS foi instituído pelo Decreto n.º 33.971, de 21 de janeiro de 1991 e incluído na constituição do estado por meio do artigo 224. O decreto manteve a divisão de atuação por regiões, sendo elas: 1ª Região: Sede São Leopoldo; 2ª Região: Sede Nova Prata; 3ª Região: Sede Erechim; 4ª Região: Sede Ijuí; 5ª Região: Sede Santa Maria; 6ª Região: Sede Dom Pedrito e 7ª Região: Sede Pelotas. Cada região possui um coordenador geral, escolhido pelo voto dos museus da região e com mandato de dois anos, as sedes correspondem ao museu do representante de cada região. Duarte (2013) relata como primeiras articulações do SEM-RS a tentativa de consolidação de cursos de graduação em Museologia que, apesar de ter tido resultado negativo devido a falta de profissionais capacitados, posteriormente culminou na oferta de cursos em nível de especialização na área por meio de convênios com institutos e universidades.

Desde a sua constituição, o SEM-RS, assim como os outros sistemas estaduais, passou por dificuldades para sua consolidação institucional, principalmente no que diz respeito às habituais inconstâncias na gestão. De acordo com Luiz Mizukami (2014), em 1995, em função de uma desmobilização por parte da Secretaria de Cultura decorrente de um governo que não voltava esforços para a área cultural, a coordenadora do SEM-RS saiu do posto e o governo do estado não nomeou ninguém em seu lugar. Contudo, mesmo sem a figura de um representante, a mobilização do setor garantiu a realização do 5º Fórum Estadual de Museus com a participação dos coordenadores regionais e os demais integrantes do sistema. A organização em rede, que existia apesar do sistema, foi responsável pela continuidade do SEM-RS até que a coordenação fosse restabelecida:

O SEM-RS mostra-se como uma experiência bem interessante de conversão da rede em sistema, ou seja, institucionalização das articulações da rede em uma estrutura pública representada pelo sistema, com seu decreto, sua configuração de funções e dinâmica. (MIZUKAMI, 2014, p. 119)

De acordo com Carine Silva Duarte (2013), em 1998, com a troca do governo do estado, José Nascimento Junior é indicado para assumir a coordenação do SEM-RS. Como uma das ações de rearticulação do sistema, faz a convocação dos representantes das regiões para uma assembleia, com vistas à definição de diretrizes para o SEM-RS e ações para a melhoria da Museologia no estado sendo cumprida a maioria das propostas e diretrizes, que incluíam desde campanhas para valorização de museus até a criação de cursos de formação. Neste mesmo período, o VII Fórum Estadual de Museus teve uma conquista significativa no que diz respeito a ações de fomento. Nele foi aprovado, por meio de parceria entre o SEM-RS e o Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), o Edital Programa de Apoio a Qualificação dos museus do RS (PROMUSEU), que teve a aprovação de 36 projetos que contemplavam as sete regiões museológicas. (DUARTE, 2013). A pesquisadora ainda destaca que a cada dois anos, acontece de forma alternada, na capital Rio Grande do Sul e no interior, o Fórum Estadual de Museus, que se trata de uma instância deliberativa, na qual são discutidas, com a participação de representantes regionais, as diretrizes que guiarão a atuação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Os Fóruns Estaduais são espaços essenciais

para assegurar a continuidade das políticas públicas na área museológica e o funcionamento democrático do sistema na medida em que possibilitam o encontro de parceiros e amplo diálogo entre diversas instâncias e instituições, não somente os atores regionais e municipais, mas também nacionais como o antigo Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Sistema Brasileiro de Museus.

O 8.º Fórum Estadual de Museus, realizado em 2002 teve expressividade nacional. Além de comemorar os 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Conforme destacou Simone Flores Monteiro (2016), ele aconteceu em um momento de mudanças políticas promissoras. Situado as vésperas do período eleitoral, resultou na aprovação unânime da Carta do Rio Grande, intitulada “Por uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro”. Segundo a pesquisadora, a Carta do Rio Grande apresentava diretrizes para a implementação de uma política pública para museus, e se tornou um importante documento, que foi amplamente divulgado nos museus e apresentado para os candidatos que concorreriam nas eleições daquele ano. O mesmo, posteriormente, serviu como base para a criação da Política Nacional de Museus (PNM). Com a aprovação da PNM, José do Nascimento Junior, que até então coordenava o SEM-RS, passa a coordenar, no MinC, Coordenadoria Geral de Artes Plásticas; responsável pela oferta de diversos cursos de capacitação. A mesma promoveu uma oficina de implementação de Sistemas de Museus que utiliza o SEM-RS como referência.

As ações desenvolvidas pelo SEM-RS são centradas em três eixos:

As ações de capacitação são: Oficinas de formação; realização de cursos e seminários; assessoria técnica aos municípios para implantação de museus e em questões de técnicas de manutenção e funcionamento; viagens técnicas de estudo; participação em congressos e seminários; estágios técnicos; convênios com instituições de ensino e parcerias com Universidades.

As ações de difusão são: cadastramento das instituições; site do SEM/RS; boletim online; guia de museus; mês dos museus (Decreto n.º 43.765 de 26 de abril de 2005); fórum estadual de museus; reuniões regionais; banco de dados de profissionais.

As Ações de Fomento são: informatização dos museus; projeto apresentados no programa de consulta popular em parceria com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento; editais das fundações de amparo a pesquisa; Lei de Incentivo à Cultura (lei estadual) de incentivo a projetos através de renúncia fiscal por meio do Imposto de Circulação de Mercadorias; convênios com prefeituras e entidades privadas; visitas

técnicas; material de divulgação e projetos de inventário, documentação e museografia de bens tombados. (MONTEIRO, 2009, p. 146)

Para Simone Flores Monteiro (2016), o SEM-RS buscou preservar muitas das características do funcionamento em rede na estruturação do sistema; a realização de fóruns bienais somada à participação representativa das regiões nos fóruns é um exemplo das tentativas de flexibilização da estrutura organizacional do sistema. Contudo, sublinha que muitas vezes, as estruturas burocráticas da administração pública não conseguem absorver de modo integral a flexibilidade de uma organização em rede, assim:

Os objetivos de uma política cultural para os museus estruturada no modelo de rede está embasada nas perspectivas da continuidade das ações no âmbito institucional de forma mais eficaz e consistente; de aumentar a capacidade de atuação para ampliar o conhecimento mútuo e a cooperação entre os museus; de alargar o acesso aos museus numa perspectiva social e cultural; de contribuir para caracterizar o perfil dos públicos dos museus e das relações das instituições com a sociedade; de incrementar a capacidade de intervenção social, cultural e educativa dos museus. (MONTEIRO, 2009, p.146)

De toda forma, a maneira que o SEM-RS foi estruturado parece ser um caminho plausível para a consolidação de sistemas de museus, que abarcou dentro das possibilidades, a diversidade e flexibilidade exigida pela área cultural e pela museologia que possui um caráter multidisciplinar.

Além do Sistema Estadual, no Rio Grande do Sul também existe a Rede de Educadores em Museus (REM-RS). De acordo com Maria Izabel Vargas e Andréia Bcker (2019), a Rede, criada em 2010 na ocasião do 12º Fórum Estadual de Museus, possui um público flutuante composto por participantes que contribuem de forma virtual e outros que contribuem presencialmente. Composta por diversos profissionais, não somente da área da educação museal, mas também educadores e profissionais dos diversos setores dos museus e centros culturais e que se encontram principalmente durante as atividades de formação e reuniões estratégicas, a organização em rede, sem composição física e que permite a participação de integrantes de diversas áreas proporcionam o fluxo de trocas institucionais. A REM- RS se organiza a partir de várias plataformas digitais que acompanham a dinâmica do desenvolvimento da tecnologia da informação,

começando por blogs e e-mails, migrando para o Whatsapp e mantendo perfis no Instagram, Twitter e Facebook.

O Projeto Construindo a Cidade, realizado na cidade de Camaquã- RS foi gestado pela REM-RS. Conforme destacaram Maria Izabel Vargas e Andréia Bcker (2019), o principal objetivo era de resignificar o patrimônio socioambiental, gerar pertencimento, identidade e cidadania a partir do acervo e equipamentos culturais da cidade. Coordenado pelo Memorial da Câmara dos Vereadores, articulou o Conselho Municipal de Preservação Histórica e Cultural, Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Núcleo de Pesquisas Históricas, universidade, responsáveis por museus, educadores e a comunidade. Além das ações educativas realizadas com escolas públicas e por meio de diversas linguagens, o projeto resultou em pesquisas que foram apresentados aos gestores e órgãos responsáveis pelo patrimônio.

Segundo Maria Izabel Vargas e Andréia Bcker (2019), nacionalmente a REM-RS recolheu proposta de todo o estado para apresentar na construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Em 2010, aconteceu I Encontro de Educadores e Museus do IBRAM, que resultou na Carta de Petrópolis, com diretrizes para a construção da PNEM, o aprofundamento dessa discussão se deu no 5º Fórum Nacional de Museus e no 1º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (IENPNEM), ocorrido durante o 6º Fórum Nacional de Museus. No 7º Fórum Nacional de Museu e 2º IENPNEM, conclui o processo de consulta da PNEM e resultam na sua publicação por meio da Portaria n.º 442 de 30 de Novembro de 2017.

A criação de Redes de educadores em museus possibilitou o fortalecimento do diálogo entre os profissionais da mesma categoria, da capacitação desses profissionais e do intercâmbio de metodologias, aumento da possibilidade do campo de se afirmar e se fortalecer. No Brasil existem atualmente 19 Redes de Educadores de Museus, que possuem espaço de encontro e discussão durante os Fóruns Nacional, sendo a formação de redes, para organizar e capacitar o campo museal, uma prática que vem se fortalecendo. (VARGAS; BCKER, 2019)

Outras redes nacionais e temáticas existem como forma de articulação do setor museológico em torno de debates específicos dentro dos museus: a Rede

LGBT de Memória e Museologia Social, criada em 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museus que apoia a realização de um periódico digital colaborativo a partir de contribuições recebidas por e-mail; a Rede Indígena de Memória e Museologia Social criada em 2012 e que realiza Fóruns Nacionais de Museus Indígenas do Brasil e espaços de formação como o I Encontro de Formação Museológica Indígena, realizado em parceria com a Universidade Federal do Pernambuco. A rede de museus Ibero-americanos Ibermuseus busca a cooperação entre museus da Ibero-América e é gerida por um Conselho Intergovernamental composto por 12 países integrantes: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, México, Peru, Portugal e Uruguai.

Conforme informou Simone Flores Monteiro (2016), o Sistema Brasileiro de Museus, que atua em nível nacional, se deu como institucionalização de uma organização em rede que já havia sido estabelecido pelo DEMU em torno da construção da Política Nacional de Museus. Foi fruto de um momento de grande inserção da comunidade museológica nas discussões sobre políticas públicas no interior do Estado. O SBM, oficializado pelo Decreto n.º 5.264 de 5 de Novembro de 2004, entre outras finalidades aponta a interação entre museus e instituições afins visando constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais, gestão integrada e valorização e disseminação de conhecimentos específicos a área museológica. Cabe destacar que mesmo tendo sido criado antes do estabelecimento do Estatuto de Museus, a concepção de museus apresentada no Decreto tem aceção ampla que considera instituições culturais de diversos tipos:

[...] abrange os processos museológicos e tipologias de museus consideradas pela Nova Museologia, como o ecomuseus, museus comunitários, etc. A opção pela não – rigidez na conceituação se explica pela diversidade museológica brasileira, pois, se o conceito de museu fosse muito fechado, instituições importantes que têm atuação museológica não seriam abrangidas. (TOLENTINO, 2006, p.112).

Segundo Átila Tolentino (2006), o SBM é vinculado ao Ministério da Cultura, cabendo a ele a coordenação do sistema; composto por todas as instituições vinculadas ao MinC/IBRAM sendo que as demais instituições podem fazer parte mediante formalização. O comitê gestor busca proporcionar a representatividade garantindo a representação de órgãos e entidades do campo museológico, sendo eles: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia. Ministério do Turismo, sistemas estaduais e municipais de museus, museus privados, Conselho Federal de Museologia, ecomuseus e museus comunitários, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Associação Brasileira de Museologia e instituições universitárias que possuem cursos relacionados a área de Museologia. (TOLENTINO, 2006).

Para compor o SBM os sistemas estaduais não precisam alterar suas estruturas, permanecendo sua autonomia. Em sua forma de articulação e estruturação, o SBM busca apresentar uma forma mais flexível em relação ao que geralmente é associado aos sistemas. Na maioria dos casos espalhados pelo mundo, as redes de museus costumam ser denominadas como sistemas, contudo isso não é fator limitante para atuação em rede do sistema:

Embora a noção de sistema não implique necessariamente que o diagrama das suas relações internas seja de natureza hierarquizada (arborescente ou linear), a rede é apreendida, por certos autores, como “encontrando-se em oposição às estratégias de integração vertical e de controle hierárquico dos recursos” ou como “desenvolvendo-se num modo mais flexível” e segundo uma poderosa dinâmica relacional, organizacional e contratual. (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO Y CAMPAGNOLO *apud* TOLENTINO, 2009, p.138).

O Sistema Brasileiro de Museus pode ser considerado um exemplo de atuação em rede dentro de um sistema nacional institucionalmente estabelecido, sem impossibilitar a participação democrática e contribuindo para a atuação da administração pública. Mesmo tendo as estruturas administrativas sido criadas para operar por meio de um sistema muitas vezes hierárquico, o desenvolvimento da sociedade exige que os governos atuem em rede diante das transformações que demandam muito mais do que a ação centralizada do Estado. Isso requer cada vez mais participação dos diversos atores envolvidos nos processos. Além disso, os sistemas são capazes de prover a interlocução necessária entre governo e setor museológico, considerando a importância de inserção na política e de ocupação dos espaços democráticos oferecidos pelo Estado.

As conceituações sobre redes e sistemas e as diferentes experiências apresentadas no caso brasileiros contribuirão para o entendimento da criação e da trajetória do Sistema de Museus do Distrito Federal, objeto do próximo capítulo.

3. SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL

Antes de dar início a análise proposta neste capítulo é importante destacar que o Distrito Federal teve a criação de dois Sistemas de Museus. O primeiro se trata do sistema criado pelo Decreto nº 12.396, de 31 de Maio de 1990 e o segundo foi criado pelo Decreto nº33.957, de 23 de Outubro de 2012. Comparando as suas semelhanças e diferenças com base nos decretos de criação podemos ter alguma noção do que era pretendido a partir desses sistemas.

Assim como o sistema de museus existente atualmente, o sistema decretado em 1990 surge a partir do desejo, de maneira geral, de integrar os museus participantes, estimular a realização de atividades de capacitação e otimização de recursos materiais, financeiros e humanos dos museus do Distrito Federal. Entretanto uma das principais diferenças entre os dois diz respeito aos museus que constituem o sistema. Enquanto o sistema de 1990 estabelece que “integram o SM/DF os museus dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 1990); o sistema válido atualmente, além de propor uma definição do que são considerados museus e centros culturais, determina que o Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF) é composto pelas seguintes entidades:

- I – museus e centros culturais sediados no Distrito Federal;
 - II- universidades e faculdades que disponham de Curso de Museologia ou afim.
- Art. 5º Os museus das cidades do entorno poderão participar do Sistema de Museus do Distrito Federal, mediante a celebração de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre as respectivas Secretarias ou Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Ou seja, atualmente o SIM/DF tem o desafio de integração muito mais ampla do que anteriormente. Talvez por ser composto somente pelos museus da administração direta e indireta do Distrito Federal, o SM/DF (1990) tinha a sua forma de organização interna muito mais vinculada à Secretaria de Cultura e Esporte (SCE), onde estava ligado. A coordenadoria do sistema cabia à SCE, por meio de um órgão central com papel de unidade normativa, que viria a ser o Departamento de Administração do Sistema de Museu; e as unidades museológicas que faziam

parte do sistema, formavam um colegiado que tinha como objetivo assessorar o Órgão Central.

Nesse sentido, considerando o que está disposto nos decretos, parece que o SIM/DF (2012) possui mais autonomia na gestão. Apesar do coordenador do sistema ser indicado pelo secretário de cultura, a indicação parte de lista tríplice pelo Comitê Gestor, que deve ser composto por uma ampla representação de museus, centros culturais e outras secretarias do Distrito Federal. Além do mais, o Comitê Gestor é o responsável pela elaboração do regimento interno do sistema, que entre outras atribuições, normatiza o processo de assembleias, eleição do comitê gestor e da coordenação.

A trajetória da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e a análise da criação do segundo Sistema de Museus do Distrito Federal em 2012, que será realizada ao longo deste capítulo, indicam que o Sistema de Museus de 1990 teve suas atividades interrompidas pelos desdobramentos conjunturais, havendo a necessidade de criação de um novo sistema para organização dos museus do DF. O decreto de criação do sistema de 1990 foi revogado pelo decreto de criação do sistema de museus criado e estabelecido em 2012, de maneira que quando referirmos a um Sistema de Museus do DF falaremos deste último.

Dessa forma, nosso intuito será compreender a trajetória das políticas públicas e o lugar que os museus do Distrito Federal têm ocupado dentro dos aparelhos estatais, por meio da análise do sistema de museus. Para tanto, será feito um breve histórico da Secretaria de Cultura e dos museus dentro dela, da organização em rede dos museus do DF por meio da Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do DF (REMIC-DF) e do estudo de caso da criação do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Para a realização do estudo de caso, realizamos uma consulta ao processo 360.001433/2011 do arquivo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. O acesso ao processo se deu por meio de solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), e por meio dele estabelecemos contato com a Secretaria de Cultura. Devido ao caráter do processo não é permitido que ele saia do arquivo da Secretaria, nem que seja fotografado ou fotocopiado, por isso a pesquisa foi feita na Secretaria de Cultura, acompanhada

pela museóloga e servidora Daniele Pestana, funcionária da Gerência de Acervo da Diretoria de Preservação da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC).

É importante sublinhar que a pesquisa realizada para este trabalho é apenas o começo para tentar entender uma trajetória complexa do Sistema de Museus do Distrito Federal. O processo consultado abre caminhos para muitas possibilidades de aprofundamentos da pesquisa, de forma que ainda há muito para ser explorado, mas que não foi possível realizarmos neste trabalho de conclusão de curso.

3.1 As políticas públicas para museus no Distrito Federal e a criação do Sistema de Museus

No Distrito Federal, o primeiro órgão federal voltado para promoção da cultura foi a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC), criada em 1964. De acordo com Águeda Macias de Oliveira (2016), o órgão tinha suas atribuições com ênfase na área da educação de maneira que as atividades culturais eram desenvolvidas pela Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF), que existia desde 1961, mas foi subordinado a SEC quando foi criada. Em 1975, dentro da SEC é criado o Departamento de Cultura que se ramificava em Divisão Cultural e Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Nesse cenário os museus aparecem, indiretamente, como uma preocupação da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico que, segundo o Decreto n.º 2.893/75, tinha como uma de suas responsabilidades a promoção de atividades museológicas (OLIVEIRA, 2016). Em 1983 o Departamento de Cultura é transformado em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), desmembrado em Divisão de Pesquisa do Patrimônio e Divisão de Proteção do Patrimônio. No regimento do DePHA não existiam cargos e competências museológicas, porém o Departamento previa a realização de atividades voltadas para os museus:

Em documento de 1984 ou 1985, afirma-se que o DePHA tinha como proposta a implantação do Arquivo Público do DF, a criação de uma Comissão Consultiva do Patrimônio Histórico e Artístico e como “meta mais distante” implantação de um Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal”, composto de quatro subsistemas: de Museus, de Arquivos, de Bibliotecas e de Patrimônio Histórico. (OLIVEIRA, 2016, p. 29)

Segundo destacou Águeda Macias de Oliveira (2016), em 1986 a Secretaria de Educação e Cultura é desmembrada. A Secretaria de Cultura é criada e, dentro dela, a Coordenadoria do Programa de Museus que nas suas atribuições incluía ações diretamente ligadas ao campo museológico como documentação, conservação e exposição. Contudo, em 1989, a Secretaria de Cultura se torna Secretaria da Cultura e Esporte (SCE) e, apesar de agregar outra pasta, foi capaz de consolidar a instituição do Sistema de Museu do Distrito Federal (SM/DF) pelo Decreto n.º 12.396/90. Consequentemente surgiu a necessidade de haver um órgão central vinculado à Secretaria para orientar o sistema, assim a Coordenadoria do Programa de Museus é transformada em Departamento de Administração do Sistema de Museus, dividida em Divisão de Museografia e Divisão de Administração de Museologia. A respeito das terminologias adotadas nas duas divisões, Águeda Oliveira (2016) faz uma observação interessante ao pontuar que mesmo que a profissão de museólogo tenha sido regulamentada em 1984, não existiam cursos para formação de museólogos no Centro-Oeste, o que levanta o questionamento sobre a formação dos diretores que na época ocuparam as divisões.

Em 1991, após eleição de Joaquim Roriz, o governo publicou um decreto que revogava todos os regimentos internos de todas as secretarias do governo. Esse fato iniciou uma jornada que mudou a estrutura da secretaria, que virou Secretaria da Cultura, Esporte e Comunicação Social em 1992; Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo em 1993; e voltou a ser Secretaria da Cultura e Esporte ainda em 1993. Todas essas mudanças não resultaram na aprovação de um novo regimento interno para a Secretaria (OLIVEIRA, 2016).

Em 1999, novamente, a SCE é desmembrada e a Secretaria de Cultura recriada, de modo que os museus ficaram inclusos na estrutura orgânica da secretaria subordinados à Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico. A coordenadoria de Programa de Museus foi extinta, e em 2011, é criada a Divisão do Sistema de Museus. Em 2016 surge a Coordenação de Museus e Patrimônio, subordinada Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), sucessora do que era o DePHA. (OLIVEIRA, 2016).

Atualmente, depois do período eleitoral e eleição do governador Ibaneis Rocha a secretaria passou a ser denominada Secretaria de Estado de Cultura e Economia

Criativa (SECEC). O principal instrumento jurídico que conduz as ações da SECEC hoje é a Lei Complementar n.º 934 de 7 de Dezembro de 2017, que estabelece a Lei Orgânica de Cultura (LOC) e dispõe sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (SAC- DF). Define ainda que o DF finalmente aderisse ao Sistema Nacional de Cultura. No que diz respeito aos museus, a lei reconhece dentre os sistemas setoriais de cultura, o Sistema de Museus do Distrito Federal enquanto subsistema do SAC–DF. O Plano Distrital de Cultura, anexado à LOC, determina no eixo de Patrimônio Cultural Material e Infraestrutura Cultural, o objetivo de implementar e manter o sistema de museus e a rede de equipamentos culturais.

A última alteração na estrutura administrativa da SECEC, indicada pelo site da Secretaria, aconteceu em 2016, por meio do Decreto n.º 37.082, de 25 de Janeiro de 2016. A partir dele, a Coordenação de Museus e Patrimônio, subordinada à Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), passa a ser composta pela Diretoria de Preservação; Diretoria do Museu Vivo da Memória Candanga, que possui um núcleo do Museu do Catetinho; Diretoria do Memorial dos Povos Indígenas e Diretoria do Centro Cultural Três Poderes.

Entretanto, a servidora Daniele Pestana elucidou que em 2019, a SECEC deixou de ter uma Coordenação de Museus e Patrimônio, e a SUPAC passou a ser composta pela Diretoria de Preservação e a Diretoria de Equipamentos Culturais. A Diretoria de Preservação é composta pela Gerência de Conservação e Restauro e pela Gerência de Acervo. Os museus deixaram de ser diretorias e passaram a ser gerências da Diretoria de Equipamentos Culturais, que engloba o Catetinho, o Museu Vivo da Memória Candanga, o Memorial dos Povos Indígenas e o Centro Cultural Três Poderes.

O Museu do Catetinho tombado em 1958 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que era SPHAN até 1946 e, posteriormente, denominado IPHAN, foi a residência provisória do Presidente Juscelino Kubitschek durante a construção de Brasília. O Catetinho passou por diversos órgãos federais e distritais, entre eles a NOVACAP, DETUR e o próprio DPHAN, até finalmente ser transformado em museu, e ser responsabilidade da Secretaria de Cultura, em 2000. (OLIVEIRA, 2016)

O Museu Vivo da Memória Candanga era originalmente o primeiro hospital de Brasília, construído em 1957 e desativado em 1974. Com a eminência da demolição das construções que faziam parte do hospital, a população local reivindicou o reconhecimento histórico do espaço e, em abril de 1990, é inaugurado o Museu Vivo da Memória Candanga, que desde sua criação está vinculado ao DePHA, atualmente SUPAC. (OLIVEIRA, 2016)

O Memorial dos Povos Indígenas, que foi arquitetado por Oscar Niemeyer para ser um espaço de memória indígena, passou por muitos obstáculos até cumprir seu papel originalmente designado. Desde a criação do prédio em 1987 até a inauguração, o local foi Museu de Arte Moderna de Brasília em 1990 e Museu de Brasília em 1994, sob a tutela do Instituto Histórico e Geográfico. Em 1995, o Governo e a diretoria do DePHA retomam o museu, e o inauguram como Memorial dos Povos Indígenas. (OLIVEIRA, 2016)

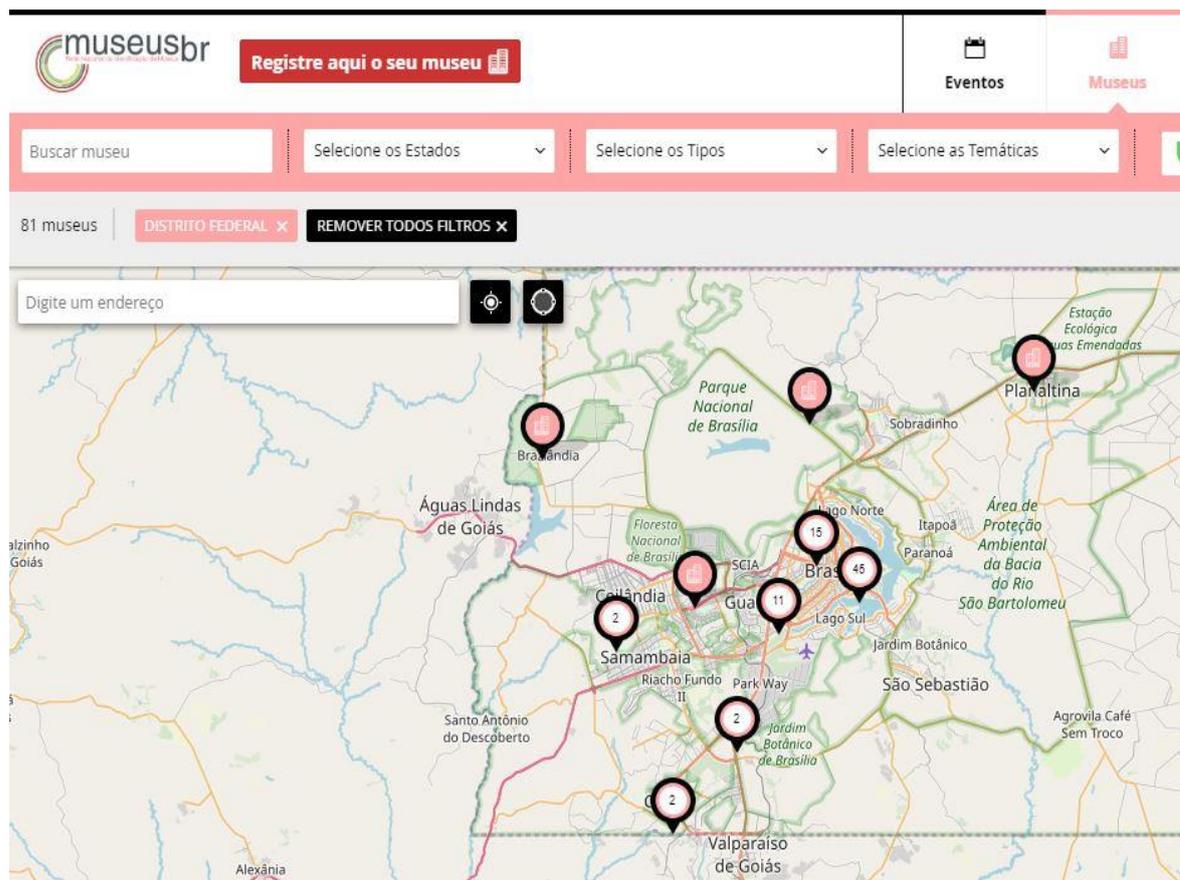
O Centro Cultural Três Poderes é constituído pelo Museu da Cidade, o Panteão da Pátria e o Espaço Lúcio Costa, todos localizados na Praça dos Três Poderes. O Museu da Cidade, que tinha como pretensão ser o primeiro museu de Brasília, foi inaugurado em 21 de Abril de 1960 junto com a Cidade e era gerido pela Fundação Cultural até sua extinção em 1999, sendo realocado no DePHA; assim como o Panteão da Pátria, que surge como uma homenagem ao presidente Tancredo Neves, em 1985. O Espaço Lúcio Costa surge a partir da proposta do DePHA, de criação de um local para abrigar a maquete de 170 metros quadrados de Brasília, feita pelos arquitetos Antônio José de Oliveira e Fernando Cosmelli. O espaço foi inaugurado em 1992, subordinado à Secretaria de Cultura. (OLIVEIRA, 2016).

Juntamente com os museus de responsabilidade da SUPAC estão equipamentos culturais como o Complexo Cultural de Samambaia, Complexo Cultural de Planaltina, Espaço Cultural Renato Russo e Casa do Cantador. O Museu de Arte de Brasília e o Museu Nacional estão alocados diretamente na estrutura do gabinete da SECEC.

Sabemos que o Distrito Federal não possui somente os museus que estão sob a tutela da SECEC. Uma busca com a palavra “museu” na plataforma Mapa nas Nuvens, desenvolvido pela Secretaria de Cultura, a partir do software livre Mapas

Culturais, indica a existência de treze espaços. Desses, três aparecem duplicados, e o Museu do Catetinho não consta, indicando que ele não foi cadastrado ou não foi associado à denominação museu. De acordo com a publicação *Museus em Números* (2011) do IBRAM, realizada com base nos resultados do Cadastro Nacional de Museus (2010), o Distrito Federal possui sessenta museus. Contudo, de acordo com a plataforma *Museusbr* desenvolvida a partir do Cadastro Nacional de Museus, é possível encontrar um resultado de 81 museus no Distrito Federal, incluindo instituições do entorno, como a situada em Valparaíso-GO.

Figura 2 Museusbr - museus no Distrito Federal



Fonte: <http://museus.cultura.gov.br/>

A disparidade de dados, observada principalmente na esfera distrital por meio da ferramenta da Secretaria da Cultura, indica a lacuna existente no conhecimento

da realidade museológica do Distrito Federal e reforça como um sistema de museus pode contribuir com a coleta de dados, pesquisa e na interação com o trabalho que vem sendo desenvolvido na esfera federal pelo IBRAM, por meio do Sistema Brasileiro de Museus e do Cadastro Nacional de Museus.

Uma das formas de articulação de museus, já mencionada, se trata das redes. No Distrito Federal, a Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais (REMIC-DF) cumpriu um papel expressivo como espaço de organização, fora da estrutura da administração pública e da Secretaria de Estado de Cultura, dos museus do DF. Criada em 2008, seguindo o movimento de experiências bem sucedidas em outros estados como no Rio de Janeiro, tem a seguinte definição, segundo informações do blog REMIC- DF, única fonte de informação consultada sobre a Rede:

[...] é uma rede social de educadores e demais profissionais que atuam junto a projetos de cunho educativo e/ou patrimonial em museus e instituições culturais de Brasília e do entorno com o intuito e objetivo de trocar experiências, fortalecer identidades, bem como de encaminhar para um pensar e atuar juntos a partir de necessidades e reivindicações comuns, para uma atuação e inserção destes profissionais provenientes de formações tão diversas, em um campo com características heterogêneas. (REMIC-DF, 2019).

O blog era uma ferramenta de comunicação que permitia a interação dos participantes pela possibilidade de realizar comentários nas publicações, enviar mensagens no e-mail divulgado, e acessar as principais informações referentes às atividades realizadas pela REMIC–DF e do campo da Museologia e do Patrimônio em todo o Distrito Federal. Para além da plataforma digital, a Rede buscava proporcionar encontros mensais. De acordo com os registros, em abril de 2009 aconteceu o 5º Encontro, quando foi elaborada uma lista com os possíveis interessados em participar das atividades desenvolvidas pela RMIC. As instituições mapeadas eram visitadas pelo conselho gestor, que fazia o convite pessoalmente. No 6º Encontro, em junho de 2009, foi eleito o conselho gestor composto por um gestor, um coordenador, um assistente e um responsável pela imagem e divulgação. Não é possível inferir as atribuições de cada tarefa nem o funcionamento interno da Rede, pois o link de acesso à Carta de Princípios e ao estatuto, não estão mais disponíveis para acesso na plataforma.

O 8º Encontro, realizado em agosto de 2009 na Caixa Cultural de Brasília, teve uma participação expressiva, que contou com a presença de estudantes, professores, artistas plásticos, mediadores e funcionários de diversos museus e centros de memória. Para isso:

A Instituição Anfitriã/Colaboradora teve papel importante no resultado que obtivemos em termos de participação, pois desempenhou seu papel de maneira excelente, divulgando o Encontro em seus meios disponíveis (*site* e *mailing*) e incentivando seus próprios funcionários e monitores a participarem. (REMIC, 2019)

Entre 2009 e 2010 foram realizados 14 encontros, alguns deles com a publicação das deliberações no blog e outros apenas com o convite. É interessante observar que nos primeiros anos de gestão os encontros presenciais aconteciam de forma constante e mobilizada, eram realizados encontros temáticos, nos quais se discutiam diversos temas relacionados à educação museal, por meio de textos e participação de palestrantes convidados especializados na área. Entre os espaços utilizados para os encontros estão; o Museu de Valores do Banco Central, Museu Vivo da Memória Candanga, Espaço Cultural Renato Russo, Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB) e Museu Nacional do Complexo Cultural da República.

Figura 3: Divulgação 10º Encontro da REMIC -DF

10º *remic*

encontro da rede de educadores
em museus e instituições culturais-DF

apresentação do Programa Educativo do Espaço Cultural Marco Antônio Vilaça
palestra com Nilso Coutinho e Jacinta Guerra
(Museu da cidade de Bom Despacho- MG)

tema: "o espaço da educação na criação de um museu."
debate baseado na leitura do texto (envio por e-mail)

mais informações:
remicdf@gmail.com

TCU
Tribunal de Contas do Estado
Espaço Cultural Marco Antônio Vilaça

auditar

Programa educativo espaço cultural marco antônio vilaça criação tentada do inani

Fonte: <http://remic-df.blogspot.com/>

Figura 4: Divulgação do 12º Encontro da REMIC-DF



12º Encontro

Gente Arteira

CAIXA CULTURAL convida

12º Encontro da Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do DF

Pauta do Encontro:

Apresentação do Projeto Educativo Gente Arteira

Palestra com o artista e educador em museus Matias Monteiro

Debate sobre o tema:
O papel da arte contemporânea nas práticas educativas em museus e instituições culturais

Divulgação da Agenda REMIC-DF - 2010

7 de Maio, 09:00hs
CAIXA Cultural Brasília:
SBS, Q4, Lt. 3/4
www.caixa.gov.br/caixacultural

apoio: **ibram** 

CAIXA CULTURAL **BRASIL** GOVERNO FEDERAL

Fonte: <http://remic-df.blogspot.com/>

Em 2009, além dos encontros, o blog informa que a REMIC–DF participou da IX Semana de Extensão da UnB, no Seminário “Museu da Educação do Distrito Federal - Memória e Cidadania”. Fez convocações e divulgações de audiências públicas para discutir a revitalização do Museu de Arte de Brasília (MAB) e sua possível fusão com o Museu Nacional, divulgou a realização do II Encontro da REM (2009) e convocou uma reunião extraordinária para a elaboração da Carta de Princípios REMIC-DF. A rede também foi utilizada para a ampla divulgação dos Fóruns Nacionais de Museus, Primavera de Museus, vagas de estágio e oportunidades de trabalho, exposições, seleção de mediadores, I Encontro de Educadores em Museus do IBRAM, prazos de editais do IBRAM e diversas outras atividades relacionadas direta e indiretamente com a educação museal.

Nos meses de Maio, Agosto e Novembro de 2010 foram realizados os três últimos encontros, registrados, da Rede. Ainda assim, a plataforma digital seguiu com uma ampla divulgação de atividades culturais, e a REMIC-DF lançou edital para o “Prêmio Mediando com a REMIC-DF”. Não foi possível saber as especificações de

concorrência e origem do prêmio, pois o link do edital não está disponível. Em 2011, seguindo a proposta do ano anterior, lançou mais uma edição do edital, e participou da mesa redonda “Ação Educativa e Cultural em Museus e Centros Culturais”, na FCI – UnB.

Figura 5: REMIC–DF na IX Semana de Extensão da UnB, 2009.



SEMINÁRIO
MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL:
MEMÓRIA E CIDADANIA

Data: 30 de setembro de 2009
Horário: de 08h30 às 12h e de 14h30 às 18h
Local: Auditório Dois Candangos,
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

PROGRAMAÇÃO
30/09/2009 quarta-feira - Manhã

08:00 Credenciamento
09:00 Abertura do Seminário
José Geraldo de Sousa Junior – Reitor da Universidade de Brasília
09:30 Mesa-Redonda: Pensar o museu como o lugar de memória viva.
Coordenação:
Laura Maria Coutinho – Vice-diretora de Faculdade de Educação/UnB
Participação:
Wagner Barja – Diretor do Museu Nacional do Conjunto Cultural de República
Aline Montenegro Magalhães – Centro de Referência Luso-Brasileira,
Museu Histórico Nacional/ RJ
Irene Cavallini – Sub-Secretária de Políticas Culturais/ GDP
Celine Kunjovski – Coordenadora do Curso de Museologia/ UnB
11:30 Debate

30/09/2009 quarta-feira - Tarde

14:30 Mesa-Redonda: Escola e Museu: Diálogo e Práticas.
Coordenação:
Eva Mariana Pereira – Pesquisadora e Coordenadora do projeto
"Memória da Educação do Distrito Federal"/UnB
Participação:
Célia Corlino – Coordenadora do Museu de Artes e Ofícios/DF
Marilú Pereira – Professora do Instituto de Artes/UnB e Coordenadora
de Programas Educativos em Museus
Irene Margarida Lúcia Teófilo – Professora e Pesquisadora da
Faculdade de Educação/UnB
Cristóvão Costa Linspeixes – Professor do Instituto de Física/UnB
e Membro de Comissão de Implantação do Museu de Ciência e
Tecnologia de Brasília.
16:30 Debate
18h Encerramento do Seminário

Inscrições gratuitas no local e
atribuição de certificados

Apoio
UnB | DEX | FAPDF

Fonte: <http://remic-df.blogspot.com/>

Figura 6: Divulgação da mesa redonda Ação Educativa e Cultural em Museus e Centros Culturais na FCI – UnB, 2011.



Fonte: <http://remic-df.blogspot.com/>

Por meio do blog da REMIC –DF foi possível verificar que a Secretaria de Cultura, por meio da Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DIGEPHAC), lançou um programa para conhecer os museus do Distrito Federal, que segundo a divulgação:

O Distrito Federal sedia 67 instituições museológicas. Tramita na Câmara Legislativa Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Sistema de Museus do Distrito Federal. Atenta a essa realidade e no intuito de dar continuidade às suas ações na área de Museologia, a Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DIGEPHAC lançou o Programa Conhecendo os Museus do DF, que tem como objetivos estabelecer canais de discussão sobre a realidade dessas instituições, promover a interação e a troca de experiências entre os profissionais, aumentar a visitação nesses espaços, consolidando-os no circuito de turismo do DF. (REMIC- DF, 2019)

No programa as pessoas puderam participar de um circuito de visitação às instituições do DF, sem a necessidade de inscrição prévia, e os museus

interessados em fazer parte do circuito poderiam se inscrever por meio do e-mail da Diretoria.

Depois da diminuição de encontros, atividades e postagem, o blog REMIC-DF fez seu último comunicado em 4 de Março de 2013, avisando que: “A Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do DF está com todas as suas atividades suspensas por tempo indeterminado. Aos que quiserem entrar em contato conosco, favor escrever para nosso e-mail. Teremos prazer em respondê-los.” (REMIC – DF, 2019).

A diversidade de debates, de palestrantes convidados e os diferentes espaços ocupados para a realização dos encontros dão uma pista sobre a capilaridade da REMIC- DF e sua capacidade de diálogo com os mais diversos espaços e agentes museológicos da capital. A realização de encontros mensais nos primeiro ano, o esforço de manter as publicações e articulações, mesmo que virtualmente, e a elaboração de editais ofertados à comunidade museológica são capazes de indicar que havia compromisso, envolvimento e disposição de construção em rede pelos agentes envolvidos na REMIC- DF.

Tendo como base esse breve panorama acerca da trajetória museológica do Distrito Federal dentro e fora das estruturas do Estado, será feita uma análise da consolidação do Sistema de Museus do DF a partir da análise da documentação encontrada na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

3.2 Desafios para a implementação do Sistema de Museus do Distrito Federal: análise dos documentos

No processo 360.001433/2011 do Arquivo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, o primeiro registro de mobilização para a criação de um sistema para os museus do DF data de dezembro de 2011. Trata-se de um ofício⁴ destinado ao governador do Distrito federal, relativo ao projeto de lei

⁴ Ofício n.º 426/2011 – GAB/SECULT, folhas n.º 2 a 12 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

que dispõe sobre a criação do Sistema de Museus do Distrito Federal. O ofício possui a proposta do projeto de lei e estão anexadas na minuta encaminhada para a aprovação da assessoria jurídica do órgão as motivações para a criação do sistema. Nela ressaltam a importância da Política Nacional de Museus e da criação do Sistema Brasileiro de Museus, havendo, dessa forma, a necessidade de criação de sistemas estaduais de museus. Segundo o documento, um dos momentos de discussão sobre a necessidade de criação de uma política pública para os museus do Distrito Federal, em consequência da PNM, aconteceu em 2005 quando o DePHA convocou gestores de museus do DF para pensar uma política museal que contemplasse os anseios da classe e as necessidades de cada instituição. Dessa reunião foram criados, com base nos sete eixos da PNM, quatro grupos de trabalho.

As deliberações dos grupos de trabalho foram apresentadas no I Fórum de Museus do Distrito Federal, realizado de 16 a 18 de Dezembro de 2005 em parceria com o DEMU/IPHAN. Um ano depois, nos dias 2, 3 e 4 de Agosto de 2006 foi realizado o II Fórum de Museus do Distrito Federal, quando a votação favorável em propostas que pontuavam a criação de um sistema de museus aconteceu de forma expressiva. As reivindicações e debates do fórum culminaram na realização, em parceria do DEMU e da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APCDF), do Programa de Capacitação em Museologia, que ofertou dez cursos, sendo eles: Ação educativa em museus; Treinamento de Equipes Administrativas e de Apoio para Atuação em museus; Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização dos Museus; Conservação de Acervos; Segurança em Museus; Elaboração de projetos de fomento para a área Museológica; Ação Educativa em Museus; Gestão e Documentação de Acervos; Museus e Turismo; Museu, Memória e Cidadania. Os cursos foram distribuídos entre os anos de 2005 e 2009, sendo que oitenta por cento das vagas foram destinadas para profissionais que desenvolviam atividades na área, e vinte por cento para estudantes e profissionais de áreas afins.

Além do exposto, a justificativa anexada ressalva que a SECULT vinha prestando apoio nas atividades museológicas desenvolvidas em todas as instituições museais que faziam parte da secretaria e que, apesar do desenvolvimento e apoio nessas atividades, tais ações não estavam sendo capazes de suprir a demanda dos museus do Distrito Federal. Dessa forma, havia a

compreensão de que os museus estariam mais bem amparados com a criação de um sistema, pois se trataria de um instrumento capaz de integrar a categoria, promovendo a qualificação institucional e tendo maior capacidade de elaborar e executar políticas museológicas coerentes com as particularidades do Distrito Federal.

Evidentemente, o Projeto de Lei apresentado em novembro de 2011 percorreu caminhos burocráticos, passando pela adaptação de Projeto de Lei para Decreto, ajustando-se a estrutura da Secretaria e revogando o Decreto n.º 12.396, de 31 de Maio de 1990, que já havia instituído um Sistema de Museus no DF.

Depois de passar por todas as adequações e validações necessárias, o Decreto n.º 33.957 de 23 de Outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal foi publicado sem maiores dificuldades. De acordo com o decreto, o Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF) vincula-se à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, devendo à ela garantir as condições para o funcionamento do sistema. Os objetivos estabelecidos para o SIM/DF são:

- I - sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus sediados no Distrito Federal, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições;
- II - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos dirigentes de museus;
- III - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada instituição museológica;
- IV - proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam em instituições museológicas e nas que se enquadram na definição do inciso II do art. 2º deste Decreto;
- V - encaminhar o debate sobre o papel dos museus junto às comunidades em que atuam, possibilitando a avaliação de suas atividades;
- VI - estimular propostas de realização de atividades educativas e culturais dos museus junto às comunidades;
- VII - propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica;
- VIII - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, para viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;
- IX - promover o intercâmbio com sistemas, redes e entidades museológicas nacionais e internacionais;
- X - criar e manter atualizado o Cadastro de Museus do Sistema;
- XI - incentivar a inclusão dos Museus do Distrito Federal no Cadastro Nacional de Museus;
- XII - incentivar os museus do Sistema a adotar políticas institucionais de segurança de seus acervos, instalações e edificações;
- XIII - estimular os museus do Sistema a adotar políticas de pesquisa, salvaguarda e comunicação de seus acervos;

XIV - fomentar a difusão dos programas e projetos desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados;
XV - incentivar e assessorar os museus do Sistema a adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao Estatuto de Museus, instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. (DISTRITO FEDERAL, 2012)

A eleição do comitê gestor ocorreu no dia 12 de Novembro de 2012. A ata registra que mesmo com o baixo número de presentes, incluindo a ausência dos representantes indicados pelas secretarias de estado, foi necessário dar continuidade ao processo, formando o comitê com os presentes na ocasião. De acordo com o decreto, o comitê gestor é composto pelos seguintes membros:

I - um coordenador geral, escolhido pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, a partir de lista tríplice, enviada pelos participantes do SIM/DF;
II - um representante da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal;
III - um representante dos museus públicos do Distrito Federal;
IV - um representante dos museus públicos federais;
V - um representante dos museus privados;
VI - um representante dos museus universitários;
VII - um representante dos museus comunitários e ecomuseus;
VIII - um representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
IX - um representante da Secretaria de Estado de turismo do Distrito Federal; e
X - um representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2012)

Diante das circunstâncias foram eleitos: Lilian Branco Campos, da Secretaria de Cultura representando a SUPHAC; Rosana Stuckert, do Museu Vivo da Memória Candanga representando os Museus Públicos do Distrito Federal; Heine Lima, do Museu do Senado como representação dos museus públicos federais; Maria Julia Chelini, do Museu de Geociências da UnB para Museus Universitários; Roberto Castello, do Museu Virtual de Brasília representando Museus Privados e Liberiano Oliveira, do Museu Móvel do Carnaval como representação de Ecomuseus e Museus Comunitários. As representações da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), Meyre France Leão, da Secretaria de Estado Educação (SEEDF), Jeferson Paz da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Hebert William de Oliveira Félix não puderam ser preenchidas nesta ocasião devido à ausência dos mesmos.

Mais tarde o comitê sofreu alterações quando Alan Silva substitui Heine Lima na cadeira de museus públicos federais; Rosane Stuckert substitui Ana Frade na

representação dos museus públicos distritais e Paulo Ricardo de Oliveira substituiu Hebert Willian na representação da SECTI. Essas mudanças geraram uma discussão que impactou no regimento interno, que determinou a eleição dos representantes com as respectivas suplências e, nos casos de vacância, uma nova representação poderia ser eleita em assembleia convocada pelo comitê gestor.

Ana Maria Duarte Frade e Ana Taveira, ambas do Museu Nacional de Brasília, foram eleitas coordenadoras temporárias por noventa dias até a nomeação definitiva pelo secretário de cultura a partir da lista tríplice apresentada pelo comitê gestor. O comitê gestor recém eleito convocou uma reunião para tratar especificamente do assunto e indicou lista tríplice com os nomes: Claudia Rachid da SECULT, Lilian Branco Campos e Marta Jabounski do Museu da Legião da Boa Vontade. O então Secretário de Estado de Cultura, Hamilton Pereira da Silva, indicou o nome da servidora Cláudia Rachid que foi acatado pelo comitê.

Estando eleitos o comitê gestor e a coordenação do SIM/DF iniciaram-se as discussões sobre o regimento interno que, após ser elaborado por meio de grupo de trabalho do comitê gestor, foi apresentado para a aprovação jurídica em 31 de Julho de 2013. A consultoria jurídica da SECULT fez uma observação importante, pois ressaltava que mesmo sendo uma forma de autogestão e organização do SIM/DF, que deve acompanhar as mudanças externas e internas ao sistema; tanto a aprovação do regimento interno, quanto suas posteriores alterações deveriam ser submetidas à análise da Coordenação de Modernização Institucional da Subsecretaria de Modernização da Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. Percebemos, assim, que hierarquicamente e por consequência da ferramenta jurídica de criação do SIM/DF, as decisões sobre seu funcionamento estavam submetidas a instâncias que ultrapassam o órgão no qual o SIM/DF está ligado, a Secretaria de Cultura.

Após aprovação na reunião do comitê gestor em novembro do mesmo ano, o regimento interno do Sistema Museus do Distrito Federal foi determinado pela Portaria n.º 80, de 29 de Novembro de 2013. O regimento estabelece o funcionamento e organização interna e apresenta a missão e competências do SIM/DF. A respeito da adesão dos museus ao Sistema, o regimento interno determina que:

Poderão compor o Sistema as entidades, integrantes do Cadastro de Museus do SIM/DF, que formalizarem sua adesão através de instrumento hábil específico a ser firmado entre SIM/DF e o órgão competente, museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e entidades afins, na forma da legislação específica. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Complementar ao disposto no regimento interno é importante pontuar que o decreto de criação do SIM/DF assegura que:

Os museus das cidades do entorno poderão participar do Sistema de Museus do Distrito Federal, mediante a celebração de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre as respectivas Secretarias ou Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2012)

Ademais, o regimento interno organiza as questões relacionadas à realização de assembleias ordinárias e extraordinárias; eleição do comitê gestor, suas atribuições e atribuições dos membros que o compõe; sobre as reuniões do comitê, organização de grupos de trabalhos para organização das ações do SIM/DF; as atribuições da coordenação e a reforma do regimento interno.

Durante o primeiro ano de existência, em 2013, além da eleição do comitê gestor, do coordenador e da aprovação do regimento interno, o SIM-DF foi capaz de organizar iniciativas expressivas para a articulação do setor museológico do Distrito Federal. O SIM-DF participou, por meio da representação da coordenadora Cláudia Rachid, do 5º Encontro Paulista de Museus, realizado de 19 a 21 de Junho de 2013. De acordo com o relatório de participação anexado ao Relatório de Atividades do Comitê Gestor SIM/DF – 2012-2013⁵ o Encontro, que teve como tema central as políticas públicas para as instituições museológicas e o aumento da rede de colaboradores dos museus paulistas, promoveu uma reunião com os representantes dos sistemas estaduais de museus que teve como objetivo retomar o funcionamento da Rede de Sistemas de Museus - Rede SIMUS. Além disso, acompanhou as discussões sobre a definição para as linhas de ações do SISEM–SP tendo a oportunidade de acompanhar minimamente a forma de ação de outros sistemas estaduais de museus.

⁵ Folhas n.º 97 a 116 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

O I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal aconteceu nos dias 21 e 22 de Novembro de 2013, na Sala Adalberto Nepomuceno do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Com o objetivo de promover discussão sobre a legislação museológica em vigor, a importância do Plano Museológico e as expectativas para o campo museal do DF, teve uma programação de palestras envolvendo professores, museólogos e profissionais da Museologia, terminando com a construção coletiva do plano de ação do SIM/DF para o ano de 2014. A lista anexa no relatório de gestão registrou a presença de 88 participantes nos dois dias de evento.

Figura 7: divulgação do I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal.



**SISTEMA DE MUSEUS
DO DISTRITO FEDERAL**

O Comitê Gestor do Sistema de Museus do Distrito Federal convida os profissionais de museus do Distrito Federal, professores e universitários da área de museologia para participar do **I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal – SIM/DF**, que será realizado nos dias **21 e 22 de novembro de 2013**, na Sala Alberto Nepomuceno do Teatro Nacional Claudio Santoro.

No evento, serão promovidos palestras e debates sobre os impactos da legislação em vigor, a relevância e aspectos do plano museológico, acessibilidade e as expectativas para o campo museal do DF, para o ano de 2014.

As discussões sobre museus e acessibilidade serão promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, que integrarão a programação do Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal.

	21/11/13	22/11/13
9h	Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da SECULT/DF e Comitê Gestor do SIM/DF	Dimensões Estratégicas do Plano Museológico Palestrante: Prof. Andréa Considera (UnB)
10h15	Intervalo	Intervalo
10h30	O Sistema de Museus do Distrito Federal: ações de 2013, planos para 2014.	Dimensões Estratégicas do Plano Museológico Palestrante: Prof. Andréa Considera (UnB)
12h-14h	Horário de almoço (livre)	Horário de almoço (livre)
14h	«Fogo no museu: duas ou três observações sobre os museus de hoje» Palestrante: Prof. Dr. Emerson Dionisio (UnB)	* “Museu e Acessibilidade: uma temática contemporânea” Palestrante: Isabel Sanson Portella (Museu da República/RJ) Mesa de debates: Isabel Sanson, Rafaela Felício (IBRAM) e Maria Julia Chelini (UNB)
16h	Intervalo	Intervalo
16h15 - 18h	A Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013: implicações para o futuro dos museus no DF. Palestrante: museóloga Taís Valente dos Santos (IBRAM)	Construção Coletiva do Plano de Ação do SIM/DF para 2014

* A palestra “Museu e Acessibilidade: uma temática contemporânea” será promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Nesta tarde do dia 22 de novembro, as atividades acontecerão no auditório do IBRAM.

Maiores informações: simuseus.df@gmail.com

Secretaria de Cultura  **GDF**

Fonte: <<http://www.ppgcinf.fci.unb.br/pt/component/k2/item/843-i-seminario-do-sistema-de-museus-do-distrito-federal>>

Vislumbrando a consolidação do Cadastro de Museus do Distrito Federal, porém sem estrutura organizacional e financeira para consolidação imediata, o comitê gestor iniciou em 2013 o Pré-Cadastro de Museus. O esforço para incentivar os museus a aderirem ao pré-cadastro partiu do Comitê Gestor do SIM-DF e da Secretaria de Cultura enviando ofícios e circulares com um formulário em anexo e expondo a intensão de criar um cadastro com o objetivo de identificar, conhecer e divulgar as instituições museológicas existentes no âmbito do Distrito Federal, que se enquadrassem na definição prevista no decreto de criação do Sistema:

- I - Museus: instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- II - Centros Culturais: entidades que facilitam a preservação, a continuação e a gerência de recursos patrimoniais tangíveis ou intangíveis, patrimônio vivo e atividades criativas digitais, podendo ser, também, espaços de memória. (DISTRITO FEDERAL, 2012)

Uma das etapas consistiu na realização de uma lista atualizada com o número de museus do DF. A lista apresentada em 5 de Dezembro de 2013⁶ registra 71 instituições, incluindo instituições que estavam em processo de implantação como o Museu de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, museus de ONGs como o Museu do Templo da Boa Vontade, museus privados como o Museu Virtual de Brasília e o Museu Virtual do Transporte Urbano, museus públicos federais como o Museu da Imprensa e Museu de Geociências e museus públicos distritais como o Museu de Arte de Brasília e o Museu da Limpeza Urbana. Os dados foram coletados em parceria com os representantes das Gerências Regionais de Cultura. Em comunicado enviado pela carta n.º 01/ 2014 – SIM/DF foi pedido que esses representantes identificassem espaços com característica de museus em cada Região Administrativa (RA) e enviassem o formulário preenchido para o e-mail do Sistema. Apesar de indicar que foi utilizada como modelo a ficha do Cadastro Nacional de Museus, com alterações propostas pelo comitê com fim de adaptar à realidade do DF, não é possível saber com base nas atas das reuniões e no relatório de gestão, se houve um diálogo com o IBRAM no sentido de compartilhar dados

⁶ Folhas n 168 a 171 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

sobre os museus do DF, tendo em vista o trabalho que já vinha sendo realizado em âmbito nacional.

Durante o ano de 2013, o comitê gestor cumpriu o compromisso de realizar uma reunião ordinária por mês, para além de duas reuniões extraordinárias que foram realizadas para discutir a realização do I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal. O relatório de gestão lamenta a ausência constante dos representantes indicados pela SETUR e pela SECTI.

Apesar de não ter registro de concretização, algumas observações e propostas encontradas nas atas⁷ de reuniões são relevantes. Constantemente ressaltavam a necessidade de divulgação do sistema entre os museus do DF, de maneira que esse esforço deveria seria feito pelo SIM/DF, mas também pela SECULT. Nessa perspectiva foi colocada em pauta a elaboração de um jornal mensal com as atividades desenvolvidas pelo SIM/DF e um boletim informativo que seria enviado para os museus participantes do sistema. Uma das reuniões ficou marcada pela longa discussão sobre a possibilidade de realização de um site para Sistema de Museus, e em outra ocasião a possibilidade de disponibilização de um link para a realização do pré-cadastro de museus e de uma aba exclusiva para o Sistema de Museus do DF no site da SECULT.

Em relação a promoção de espaços de interação entre os museus foi pautada a realização de um Encontro de Museus e de uma Pré-Conferência de Museus e Memória, indicada pelo IBRAM como etapa preparatória de elaboração de propostas para serem levadas à III Conferência Nacional de Cultura. Diante do fim do ano e da garantia manifestada pelo Secretário de Cultura assegurando recursos para o ano seguinte, muitas dessas propostas foram deliberadamente deixadas para serem realizadas em 2014.

Ao contrário do ano anterior, existem poucos registros de atividades realizadas em 2014. A única reunião registrada por meio de lista de presença, porém sem ata, data de 18 de Março de 2014 e teve quatro pautas: 1. Informes: boletim mensal, ausência de membros titulares, oficina de Plano Museológico, site do SIM; 2. Cadastro de Museus (pré-cadastro e cadastro); 3. Estatuto de Museus; 4. Plano Nacional de Educação Museal. A reunião que teve cinco presentes aprovou o Plano

⁷ Folhas n.º 117 a 143 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

de Ação para 2014 que previa a realização das seguintes atividades: Criação do Estatuto dos museus do DF, publicações mensais, concretização do Cadastro de Museus, realização de oficinas temáticas, renovação do Comitê Gestor, construção do Plano Setorial de Museus e do Programa Nacional de Educação Museal.

A principal atividade desenvolvida naquele ano foi o Seminário sobre Plano Museológico. Em ofício⁸ para tratar da realização da atividade enviado a Divisão do Sistema de Museus, o Comitê Gestor reforçou que em janeiro daquele ano havia vencido o prazo estabelecido pelo Estatuto de Museus para as instituições brasileiras elaborarem seus Planos Museológicos. Portanto, entendendo que a maioria dos museus distritais não possuía Plano Museológico e que muitos de seus gestores possuíam dúvidas sobre a sua elaboração, seria indispensável a realização de um seminário com o objetivo de instrumentar os gestores e os profissionais responsáveis por museus para serem aptos a colaborar na elaboração dos planos museológicos dessas instituições, além de cumprir com o que foi estabelecido em lei pelo Estatuto de Museus.

O Seminário sobre Plano Museológico foi ministrado pela professora Andréa Fernandes Considera, docente do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, nos dias 26, 27 e 28 de Maio de 2014, no Teatro Nacional Claudio Santoro. A programação ocorrida sempre pela manhã, teve abertura dia 26 com a coordenadora do SIM/DF, Claudia Rachid e Wagner Pacheco Barja, chefe da divisão do Sistema de Museus da SECULTDF. Depois ocorreu uma discussão sobre a Lei n.º 11.904/2009 e o Decreto n.º 8.124/2013. No dia 27 de Maio o tema discutido foi “Noções de estruturação de instrumentos de gestão – missão. Visão, metas, estratégias e objetivos” e no dia 28 de Maio “Organização de instrumentos de gestão no Plano Museológico – instrumentos e como os programas se interagem”. A lista de presença registrou a participação de 40 pessoas⁹.

Em Outubro de 2014 a coordenação enviou uma circular¹⁰ para os museus e representantes do SIM/DF convocando para a participação de assembleia ordinária no dia 3 de Novembro, com o intuito de eleger o novo Comitê Gestor que atuaria até 2015. A circular indica a eleição dos representantes de museus públicos distritais,

⁸ Ofício n.º 02/2014 – SIM/DF, folhas 144 a 147 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

⁹ Folhas n.º 252 a 256 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

¹⁰ Ofício Circular n.º 04/201 – SUPHAC/SECULT.

museus públicos federais, museus universitários, museus privados e museus comunitários e ecomuseus. Segundo a ata¹¹, a assembleia começou após segunda chamada mesmo com quórum baixo. Cláudia Rachid abriu a assembleia apontando as dificuldades encontradas para o sistema manter suas atividades, entre elas a dificuldade dos gestores em conciliarem as agendas profissionais com as demandas dos SIM/DF, a falta de pessoal na administração pública para dar sequência aos encaminhamentos das reuniões, baixa participação dos membros no último ano e a mudança de quadros nas secretarias, que acabavam por indicar pessoas com pouca organicidade no sistema, que não compareciam às reuniões ou não cumpriam com o que era encaminhado.

A assembleia elegeu como representantes dos Museus Públicos Federais, Marcelo de Sá Souza e Wesley Vasconcelos, ambos do Museu da Câmara Federal; representando os Museus Públicos Distritais, Tânia Primo do Memorial dos Povos Indígenas e Jussara Almeida do Centro Cultural Três Poderes; Museus Privados, Janete das Graças Oliveiras do Museu do Vinil e Roberto Castello do Museu Virtual da Fotografia. Na ocasião não foram eleitos os representantes dos Museus Comunitários e Ecomuseus e dos Museus Universitários, assim uma nova assembleia foi marcada para o dia 17/12, na Sala Pompeu de Souza da SECULT com a intenção de concluir a eleição do novo Comitê Gestor. Entretanto, a segunda assembleia além de não ter tido registro em ata, não elegeu as duas representações. Os motivos não foram explicitados ao longo do processo, mas pode ser deduzido que, diante do baixo quórum, não haviam pessoas presentes aptas para assumirem tais posições.

O último registro de atividades do SIM/DF trata-se de um despacho de arquivamento destinado a SUPHAC, feito por Claudia Rachid que, mesmo informando que teria dificuldades em prosseguir com as atividades tendo em vista a nova tarefa que assumiu na Secretaria de Cultura, permaneceu na coordenação do comitê gestor. No documento, Cláudia fez considerações importantes buscando proporcionar um melhor entendimento sobre a consolidação e o desenvolvimento do SIM/DF e, além de ressaltar as ações que foram descritas aqui, observou a

¹¹ Folhas n 219 a 221 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

dificuldade de continuidade e concretização de atividades, mesmo com um plano de ação previamente estabelecido para 2014.

A renovação do Comitê Gestor e a continuidade de Cláudia Rachid na coordenação não foram suficientes para garantir a organicidade do sistema. Por fim, Claudia concluiu, restituindo o processo e colocando à disposição o cargo de coordenação do Comitê Gestor do SIM/DF, destacando que, de acordo com o regimento interno, na ausência do coordenador geral assume interinamente um representante da SUPAHC. Assim, o processo é findado, com a declaração de que a coordenação do Sistema de Museus do Distrito Federal estaria vaga.

Após a vacância na coordenação do SIM/DF não existem registros formais de nomeação de coordenador e de continuidade das atividades desenvolvidas pelo Sistema. Atualmente o Sistema de Museus do DF não possui um coordenador e está com as atividades paradas; de acordo com a servidora Daniele Pestana, depois da reorganização da Secretaria em 2019, ela foi procurada pelo Subsecretario do Patrimônio Cultural para discutir a possibilidade de rearticulação do Sistema. O trabalho de investigação da trajetória do SIM/DF começou, mas devido às atividades que acumula na Gerência de Acervo da Diretoria de Preservação, a rearticulação do Sistema encontra-se parada. Diante disso, espera-se que este trabalho e a investigação aqui realizada possam contribuir com o processo de reestruturação do SIM/DF, contribuindo com a SECEC e com a museologia do Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, no Brasil, o campo dos museus foi pensando dentro de um quadro mais amplo, como parte do campo do patrimônio e da cultura. Analisar como e porque o desenvolvimento do campo seu deu dessa forma exige o estudo aprofundado acerca da constituição do Brasil, da identidade nacional e a relação da consolidação do Estado com essas instituições no sentido de entender o lugar dos museus dentro da sociedade e nas políticas públicas. Entretanto, o que ficou evidente ao realizar esta pesquisa foi que o campo cultural só passou a ser alvo de políticas públicas pensadas de maneira estratégica a partir do século XX, por meio da criação de órgãos e iniciativas dispersas entre si.

Os museus, dentro dessa realidade, se desenvolveram sem muitos direcionamentos comuns. O Museu Histórico Nacional, responsável pela criação do Curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais, e a criação do SPHAN foram importantes para o desenvolvimento das instituições museológicas e construíram importantes precedentes para o que seria constituído a seguir. Diante da consolidação da Política Nacional de Museus (2003), pode-se dizer que o momento político por se tratar de ano eleitoral e o candidato vencedor ter se comprometido com a consolidação de propostas apresentadas pelo campo museológico brasileiro, foi favorável para a sua consolidação. Contudo, o DEMU, dentro do IPHAN, teve protagonismo nesse processo, pois foi capaz de consolidar a articulação do campo, a formulação e o diálogo institucional que garantiu a instituição da Política Nacional de Museus.

Aliado às ações do DEMU estava o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM-RS) que, a partir do trabalho em rede fortemente enraizado, foi capaz de impulsionar o cenário museológico fazendo com que o 8.º Fórum Nacional de Museus fosse realizado naquele estado, o que culminou na aprovação da Carta do Rio Grande, um importante documento que estabeleceu as principais diretrizes para a implementação de uma política museológica e contribuiu com o texto da PNM. A experiência do SEM-RS é capaz de mostrar como os sistemas estaduais de museus podem integrar os museus tanto em esfera regional como nacional.

Os exemplos de sistemas e redes estaduais e nacionais espalhados pelo Brasil vivenciam experiências diferentes, mas que encontram pontos comuns em muitas de suas dificuldades. Apenas o fato de reunir forças para a criação de um sistema já é simbólico no sentido de incentivar o pensamento e a ação integrada dentro do campo; além disso, as redes e sistemas, mesmo com suas dificuldades, foram capazes de realizar de forma autônoma, diversas atividades de capacitação, formação e informação dentro dos seus espaços de atuação. Uma das principais dificuldades observadas, principalmente em relação aos sistemas, está relacionada ao fato de mobilizar e ampliar a participação dos museus e em dar continuidade ao sistema, tendo organicidade e continuidade. Nesse sentido é interessante notar a observação feita pelos gestores do SIM-PA, de que existe a dificuldade de se consolidar uma cultura sistêmica, dentro do próprio sistema, pelos participantes e agentes gestores.

No Distrito Federal a ideia de consolidação de um sistema de museus existe desde 1990 e esse sistema foi responsável pela criação de um Departamento de Administração do Sistema de Museus dentro da estrutura da Secretaria de Cultura. Apesar desse fator ter sido significativo para entender a trajetória dos museus no Distrito Federal, as informações sobre as atividades desenvolvidas por esse sistema e esse departamento não são facilmente encontradas. Assim sendo, podemos inferir que a segunda tentativa de consolidação de um sistema de museus do DF em 2012 foi mais bem sucedida com a criação do SIM/DF.

A pesquisa sobre o processo de consolidação do SIM/DF demonstrou uma série de atividades que já vinham sendo realizadas, chegando a acontecer dois Fóruns de Museus do Distrito Federal. As resoluções desses fóruns devem possuir informações agregadoras, mas infelizmente não estão no processo consultado e não são de fácil acesso, apesar das diversas tentativas de obtenção das informações. Em seu primeiro ano de funcionamento, o SIM/DF teve capilaridade suficiente para realizar sua auto-organização, dar início a construção de ferramentas importantes como o cadastro de museus e a oferta de capacitação para a realização do Plano Museológico, estabelecido em lei, dos museus do Distrito Federal. Essas conquistas parecem ter sido interrompidas pelos mesmos motivos apresentados por outros sistemas, dificuldade de organicidade e esvaziamento do sistema.

É possível achar informações de que, antes mesmo da consolidação do SIM/D, existia a atuação da Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do DF. Tendo como base de pesquisa o blog da REMIC-DF foi possível ter uma noção de sua capilaridade, principalmente no primeiro ano em atividade, realizando encontro em diferentes instituições museais com a participação de diversos convidados, mobilização para discussões políticas e constância na publicação de informações importantes para a comunidade museológica. Considerando a diminuição das publicações na plataforma digital e da realização de encontros da Rede podemos inferir que ela também passou por um processo de desmobilização; porém o motivo do fim das atividades só pode ser constatado a partir de uma pesquisa mais aprofundada sobre a REMIC-DF.

Cabe destacar que a criação e o funcionamento interno da REMIC-DF foram estabelecidos pelos próprios participantes, não sendo regidos por nenhuma legislação, pois a rede, ao contrário do sistema, não está diretamente subordinada a estrutura estatal. Contudo, essas diferenças organizacionais entre redes e sistemas não impedem a interação entre os dois. Nas atas consultadas e nos arquivos sobre o SIM/DF não foi encontrada nenhuma menção a REMIC-DF ou sobre as atividades por ela desenvolvidas. Essa troca, caso tivesse acontecido, poderia ter sido muito rico para as duas formas de organização e para o campo museal como um todo.

Como foi visto, uma das principais diferenças apontadas entre uma organização em rede e uma organização sistêmica está no fato de que a rede não permite uma centralização, fazendo com que a democratização das relações seja mais propícia, embora a centralização ainda possa acontecer em uma rede. Contudo, a concepção de rede e sistema foi ganhando aproximação com o passar do tempo e um sistema, com sua centralidade e estrutura hierarquizada, não exclui a possibilidade das redes se organizarem dentro dele. Entendemos a forma de organização sistêmica dos sistemas de museus, pois são formas de organização que melhor se adequam a estruturas estatais e, assim, se constituem como poderosas ferramentas institucionais para os museus. Entretanto, essas podem estar abertas e não devem estar alheias às diversas organizações em rede que vêm articulando o campo. A criação, incentivo e encontros de redes proporcionados nos

Fóruns Nacionais de Museus, realizados pelo Sistema Brasileiro de Museus, são um exemplo disso.

É necessário trazer o pensamento rizomático para dentro dos museus, para que os museus entendam sua multiplicidade e suas infinitas possibilidades de conexões e agenciamentos simbólicos, mas também trazer o pensamento rizomático para o campo museológico, para que instituições que consigam estabelecer suas relações de troca. Uma Museologia Rizomática é capaz de unir relações de poder centralizados e descentralizados, articular as heterogeneidades e, assim, garantir que a Museologia se mantenha multidisciplinar e evite a seletividade por meio do enraizamento na sociedade, tendo autonomia para construir e trilhar sua própria trajetória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5264/04 de 5 de novembro de 2004*. Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), 2004.

BRASIL. *Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, 15 jan. 2009.

BULHÕES, Girlene Chagas. *Museus para o esquecimento: esquecimento, seletividade e memórias silenciadas nas performances museais*. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais), Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2017.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antônio C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura)*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, M. (2009). A imaginação museal – Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto n.º 12.396, de 31 de Maio de 1990*. Institui o Sistema de Museus do Distrito Federal, 1990.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto n.º 33.957, de 23 de Outubro de 2012*. Dispõe sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal, 2012.

DUARTE, Carine Silva. *Da CEM ao SEM: memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, Flavia Turino. Rizoma: um método para as redes? *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n.º 1, março 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museus em Números, volume 2*. Brasília: IBRAM, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania*. Brasília: MinC. 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de museus. Relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de museus. Relatório de gestão 2003-2010*. Brasília: Minc/IPHAN/DEMU, 2010.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. *Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2014.

MONTEIRO, Simone Flores. *Política pública para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2016.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museus no Brasil. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, vol. 2, jan./jun. 2009.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede - novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NASCIMENTO JÚNIOR, José. Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento. *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Brasília, n.º 5, 2009.

OLIVEIRA, Águeda Macias de. *Criação e gestão de museus no Distrito Federal: análise dos museus da Coordenação de Museus e Patrimônio da Secretaria de Cultura (1958-1999)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RANGEL, Márcio Ferreira. Políticas Públicas e Museus no Brasil. *MAST Colloquia*, Rio de Janeiro, v. 12, 2010.

RUBIM, Antônio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.º 55, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n.º 19, p. 99-120, 2002.

SILVA, Carlos Henrique Gomes da; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Políticas públicas para museus no Brasil: do Iphan ao Ibram. *XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib)*, 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra. A experiência do Sistema Brasileiro de Museus. Governança e atuação em rede. In: LACASTA, A. A. (Org.). *Redes de Museos em*

Iberoamérica – propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas em el espacio iberoamericano. Espanha: Ministério da Cultura, SGN, Subdirección General de Publicaciones, Información e Documentación, 2009.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, n.º 2, 2006.

VARGAS, Maria Isabel Teixeira de; BCKER, Andreia von Hausen B. Política Nacional de Educação Museal – PNEM: Museus, educação e Redes. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio Grande do Sul, v. 3, n.º 2, 2019.